



Prêmio SINDIFISCAL-ES de Jornalismo

www.sindifiscal-es.org.br/premio



Saúde do Fisco

Aprenda a combater
as doenças de inverno
Página 16



Ação Fiscal



Vitória, Junho de 2011.

ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIFISCAL ANO XXVI Nº 139

FISCO MOBILIZADO

Categoria elege Comissão de Negociação



A diretoria do Sindifiscal- ES visitou todas as regionais do Estado e Agencias da Receita da Grande Vitória.

Em reunião, a categoria elegeu por aclamação os novos membros da Comissão de Negociação que junto à diretoria do sindicato conduzirão o processo de negociação com o Governo do Estado.

Página 03



SINDIFISCAL-ES na luta pela recuperação da Dívida Ativa do Estado.

Página 04

O V ENAPE está chegando!

A cidade de Ponta Porã-MS aguarda os aposentados, aposentados e pensionistas do Fisco Estadual de todo Brasil para o V ENAPE.

Página 07



Reforma Tributária: Em busca de um Brasil melhor e mais justo.

Reunião do ENCAT no ES



14 a 17 DE JUNHO | DOMINGOS MARTINS - ES

SINDIFISCAL-ES recebe convite do Secretário de Estado da Fazenda.

Sindifiscal- ES participa de seminário organizado pelo SINAESP. A cidade também sediou a Reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco.

Página 09

ESPIRITO SANTO UNIDO PARA GUERRA

UMA BREVE ANÁLISE NACIONAL

O ano de 2011, como previsto por nós, começou com muitas dificuldades para o País. A dívida interna já ultrapassa R\$ 1,7 trilhão (alguns falam em algo perto de R\$ 3 trilhões) e os restos a pagar ultrapassam R\$ 50,7 bilhões. No mês de maio foram iniciados os debates sobre a Reforma Tributária e a Reforma Previdenciária.

Esta última, estabelecendo idade mínima e aumento da idade máxima para a aposentadoria.

Governo e base aliada andam no descrédito - vide derrota na Câmara Federal em relação ao Código Florestal - e, agora, surge até o risco da perda de Pallocci, o principal articulador político da Presidenta Dilma.

Outra questão emergente é a saúde da Presidenta, que aos poucos parece se agravar.

No dia 02 de junho, entrou em votação na Câmara o veto sobre o pré sal, que irá trazer perdas de mais de 2 bilhões para o Espírito Santo.

NOSSO SINDICATO

Estamos no caminho certo e os resultados falam por si mesmos.

Tivemos reuniões com quase todos os parlamentares federais e estaduais, além do Secretário Mauricio Duque, da SEFAZ, e do Secretário Jose Eduardo, da SEGER, discutindo a carreira do fisco e as pendências do governo com a categoria. Em todas as conversas lembramos que o SINDIFISCAL - ES elaborou documento, com sugestões

para aumento da arrecadação e aprimoramento da gestão na SEFAZ, a pedido do Governador Renato Casagrande.

A boa receptividade dos Secretários, da Justiça, da Procuradoria e do Governador tem mostrado que estamos certos.

Vamos, com certeza, ajudar a construir um Estado melhor e um Fisco mais forte. A iniciativa de elaborar o trabalho vem da necessidade de demonstrar, principalmente, ao povo de nosso Estado, que precisamos participar e indicar soluções, ao invés de só criticarmos ou bater panelas.

As comissões do fisco já estão trabalhando. No dia 30 de maio ocorreu, na sede do sindicato, a primeira reunião da Comissão de Negociação Política, autorizada em AGO.

SÃO PAULO: Reunião do CD Fenafisco e Seminário

Naquele que, sem dúvida alguma, foi o maior fórum de discussões sobre os grandes temas nacionais, até hoje, o SINDIFISCAL-ES participou de dois painéis, do Seminário "Reforma Tributária: Em busca de um Brasil melhor e mais justo".

Honrou-nos participar da Mesa Diretora no painel "Melhor Tributação para Devolver a competitividade à Empresa" com a Diretor da FIESP, Dr. Roberto Gianetti da Fonseca, e Clovis Panzani, Consultor Tributário, e Ex-Coordenador da CAT de São Paulo, mediado pelo Jornalista Marcos Cezari, do Jornal Folha de São Paulo.

O leitor irá perceber que o nosso jornal dá um destaque especial ao evento realizado pelo SINAFRESP, em São Paulo, dias 19 e 20 de maio, que contou com a participação de conhecidas personalidades públicas e, no qual foram debatidos temas importantes, como a Reforma Tributária.

Foi uma oportunidade ímpar ouvir Roberto Gianetti, Diretor de Comercio da FIESP, Everardo Maciel, ex-Secretario da Receita Federal e Gustavo Loyola, ex-Diretor do Banco Central do Brasil, dentre outras autoridades.

Os debates foram mediados por jornalistas de renome, como o Marcos Cezari, da Folha de São Paulo e Cley Scholz, do Jornal o Estado de São Paulo, dentre outros. Inclusive, nos obrigamos a registrar a presença forte da imprensa paulista, na cobertura do evento. Outro exemplo da Paulicéia, para o país.

O material divulgado pelo SINDIFISCAL dá uma pequena idéia deste grandioso evento, que contou a participação de milhares de colegas de São Paulo e de outros estados.

V ENAPE

No final de novembro, a cidade de Ponta Porã - MS irá abrigar o **V Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas**. Esse promete ser mais um momento especial para o fisco Nacional. Os preparativos vão desde a escolha criteriosa dos temas e palestrantes até a preparação dos envolvidos, no que tange a receptivo e hospeda-

gem. Cursos estão sendo preparados, nesse sentido e uma ação especial de Educação Fiscal será realizada naquele município. Isso sem falar das belezas do local e das oportunidades de compras no maior shopping de importados do Mundo, que fica do outro lado da rua, em território do Paraguai. Mato Grosso do Sul, dentre as excelências que detém, é considerado um dos melhores anfitriões da federação.

Os colegas não devem perder a oportunidade de participar. O evento contará com pacotes a preços, mais que especiais. Vejam mais no site de nosso sindicato, www.sindifiscal-es.org.br.

40º ENCAT

No que já se tornou rotina em todo o país, o SINDIFISCAL ES foi convidado e irá prestigiar o 40º Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários, que será realizado, neste mês de junho, no Aroso Paço Hotel. A gentileza do secretário Duque propicia que nós, enquanto sindicato, possamos levar ao Grupo TAF os conceitos, idéias e posições ali externados e defendidos, por aqueles que são os responsáveis pelo suporte técnico à Tributação, Fiscalização e Arrecadação, nas unidades federadas.

Mais uma prova de que, juntos, governos e fisco, podemos mais.

Frente Parlamentar Mista para uma reforma Tributária Justa.

O dia 07 de junho irá ver nascer um novo movimento, de fundamental importância para

a democracia, em nosso país. A partir de uma intensa mobilização do Fisco Nacional, por suas entidades representativas, será lançada na CCJ, do Senado Federal uma frente parlamentar composta de senadores e deputados federais que irá lutar, junto conosco, para que a Reforma Tributária seja efetivada em nome e para o bem estar social do país.

Todas as lideranças sindicais do fisco brasileiro estarão presentes ao lançamento que culminará no próprio plenário senatorial. Participando e dando suporte às ações dos parlamentares, o Fisco Nacional estará sendo construtor de uma nova ordem social, mais justa, mais equânime e legítima.

Prêmio SINDIFISCAL ES de Jornalismo

Foi tamanha a aceitação da imprensa que o prêmio acabou por ganhar alcance nacional.

Os preparativos estão bem avançados, pela via do patrocínio e ao que tudo indica, devemos ter mais um momento memorável, em novembro, nas comemorações do Dia do Auditor Fiscal, que culminarão com o Baile Anual do Fisco. Este último será feito por adesão e os colegas em breve conhecerão os detalhes e valores. Tudo está sendo preparado para que o fisco encerre o ano, no melhor clima possível.

Por tudo isso, esperamos que todos, em especial os enamorado, aproveitem mais este exemplar do nosso, do seu **Ação FISCAL**.

Editorial

Aos amantes e enamorados

Amor. Ah, o amor.

A gente vira e mexe, se vê envolvido em relacionamentos duradouros, ou não, permeados enquanto durem, de histórias de amor.

Mas, como é esse nosso amor?

O amor verdadeiro, não só carnal, mas dedicado ao que de bonito as pessoas têm, enquanto seres humanos na sua complexidade, contradição e, sobretudo nas diferenças;

Ou o amor pela beleza que é, mesmo que involuntariamente ou inconscientemente, aquilo de bom que as pessoas deixam, no rastro da nossa estrada, ou será que estamos, apenas, apaixonados?

Aquela paixão que vicia.

Vicia, inebria, mas, com o tempo descobrimos que a maior parte das coisas que a

gente busca na paixão, está buscando de uma forma equivocada. A gente busca, no outro, uma satisfação ou realização que não temos, ou que não conseguimos alcançar, por diversas razões, em outra pessoa.

Toda paixão começa assim e é razoável que assim seja. A gente só se aproxima daquele que tem a nos dar ou nos remete a algo. Isto é tão forte que nos leva em direção a movimentos que a gente jamais houvera experimentado.

Apasionados, somos mais fortes, mais viris, mais capazes e mais cegos. A gente só vê virtudes no nosso objeto de paixão. É aí que mora o perigo.

Passada a "onda", quando a gente começa a se deparar com o humano da outra pessoa, começam os "grilos". Você não

era assim no começo. Você disse que me amava. Você me enganou. Você não gosta mais de mim. Quando na verdade tudo transcorre como sempre foi.

E quando pinta o sentimento de posse? Em geral, a gente quer aprisionar nosso objeto de desejo. Possuí-lo, como se gente não fosse. Controlar. Como pode a gente querer tirar do outro aquilo que é o bem mais precioso do homem, a liberdade?

Pessoas são para se exprimir, ir e vir, partir ou ficar se assim o quiser. Só quando a gente se dá conta disso é que, pelo menos em tese, se está pronto para o amor.

Amor é sinônimo de liberdade. Amar ao outro como a nós mesmos é aceitar, respeitando o outro, como ele é.

Assim é com a missão do

servidor. O verdadeiro servidor se move pelo amor. Amor pelo próximo, por servir sem reservas. Amor pelo quinhão, que lhe dá o sustento e a dignidade. Já o servidor ocasional vem como fruto de paixão. Paixão pela vida que, no momento, considera deslumbrante, pelo poder, pelo salário, ora atrativo. Passada a "onda", falta-lhe a essência do amor. A paixão ardente se lhe vai esfriando e, quando ele permanece, murcha e não se justifica. Nem para si próprio, nem para aqueles que, um dia, jurou servir.

Nesses dias de busca pelo material, a paixão frequentemente substitui o amor. O carro novo, o salário alto, o point badalado e outras "maravilhas" que alguns teimam em insistir como fundamentais à vida as-

sumem uma importância volátil, efêmera.

É difícil, pois, mas não impossível encontrarmos, nos dias de hoje, o amor como princípio e justificativa. Encontrar amantes do que fazem.

Portanto, primeiro, temos que aprender a nos amar, para poder compreender que a maior parte do que vivemos foi paixão.

Assim viveremos em amor, pelo outro, mas, principalmente, por nós. A nossa felicidade virá da felicidade do outro. O nosso prazer, do seu prazer. Tributar amor nunca é sacrifício. Antes disso, é dar ao outro a semente da felicidade, que queremos e buscamos.

Lembrem-se: Aceitar. Tolerar não é amar.

E que o amor prevaleça, nos nossos corações.

Fisco Estadual e as Reuniões Regionais: trabalhando juntos para uma categoria cada vez mais unida

O Sindifiscal-ES representado pelo Presidente, Getúlio Ramos Pimentel, esteve nas regionais de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e nas agências de Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha e Sefaz. Em pauta está a escolha dos representantes das Comissões de Negociação e Comissão de Estudo da nova Mensalidade.

A maratona que começou no dia 25 de abril, com visita a Cachoeiro de Itapemirim, contou com a participação do Diretor Administrativo, Júlio César Muniz e do colega Delson Castelo. Júlio, esclareceu a todos as contas de receita e despesa do Sindifiscal-ES, mostrando a grande evolução que tivemos. O Presidente Getúlio lembrou que a Comissão de Estudo da nova Mensalidade vai dimensionar o que queremos e o que precisamos para alcançar os nossos objetivos. “Nós iremos decidir de-

mocraticamente o sindicato que queremos, e como faremos”, completou o presidente.

Na regional de Linhares, além da presença do Diretor Júlio César Muniz, o presidente Getúlio foi acompanhado do Diretor Financeiro Walker Pinto. Em Colatina, os colegas contaram com a presença do Vice-Presidente Jair Gomes da Silva.

O Presidente relatou os últimos encontros com o Secretário da Fazenda, Maurício Cesar Duque, o Chefe da Procuradoria Fiscal, Alexandre Belloti, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Manoel Rabelo e o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, que firmaram compromisso com o Fisco para a digitalização da Dívida Ativa, e ajudar a carreira do fisco.

A participação foi maciça e

ativa de todos nas reuniões, um sinal positivo de uma categoria madura que sabe o que quer, e sabe também unir esforços para o sucesso de todos. Os nomes escolhidos para representar os colegas foram:

“Esta proibido falar da proposta dos novos auditores e da proposta dos colegas veteranos, nós iremos trabalhar muito com as nossas comissões para detalharmos projetos para resolvermos as demandas da Carreira do Fisco Estadual, de forma que todos os pleitos sejam atendidos, e criando uma maior unidade da categoria”. Getúlio Ramos Pimentel, durante as reuniões.

Cachoeiro de Itapemirim: Marcelo Amistá – para a Comissão de Negociação. Luís Claudio, José Luís Vidarr e Alcimar Simor Nunes – para a Comissão de Estudo da nova Mensalidade.

Colatina: Angelo Scalfoni, Daniel Pinheiro Morales e Ad-

son Thiago Oliveira Silva – para as Comissões de Negociação e Estudo da nova Mensalidade.

Linhares: Wilson Pereira e Jesse Lago dos Santos – para as Comissões de Negociação e Estudo da nova Mensalidade.

Sefaz: Bruno Barcelos Nardotto, Jocelino Demuner, Anthony Fermino Lavor e Herval Borini – para a Comissão de Negociação.

Representando Os auxiliares fazendários, o colega Thiago Duarte Venâncio e os novos auditores, Renê Gabriel Junior.

Com aclamação e concessão unânime de todos, a escolha dos colegas vai além de uma tarefa, mas também de uma questão de trabalho reconhecido e confiança. Para Alcimar Simor, um dos membros escolhidos em Cachoeiro, a nomeação representa um fato ímpar em sua carreira. “Foi muito importante para mim e para a categoria. Defender os interesses dos

colegas, ser escolhido é um sinal de respeito à opinião e confiança. A negociação sindical é extremamente importante, assim conseguiremos melhorias, e com diálogo, que é o princípio de tudo” disse.

Em Colatina, Angelo Scalfoni também comentou a nomeação e defendeu a categoria. “Para mim é uma responsabilidade muito grande, um trabalho muito árduo, compensador e relevante representar meus colegas em nome do fisco. A categoria está com uma base bem fundamentada, com boas perspectivas para o futuro e muito unida”.

No norte, em Linhares, um dos nomeados, Jesse, complementa. “É uma grande responsabilidade e satisfação ser escolhido. Não tenho experiência em participar de negociação, e acho que será difícil pelo que já foi apresentado pelos colegas que nos antecederam. Mas estamos dispostos a mudar essa realidade”.

Primeira reunião da Comissão de Negociação Política

No dia 30 de maio, a Comissão aprovada na última Assembleia Geral da categoria se reuniu, pela primeira vez, na Sede Administrativa do SINDIFISCAL-ES.

Em pauta os pressupostos que irão nortear todo o processo de negociação, a necessidade urgente de preenchimento das vagas existentes de Auditor, novos concursos públicos diante da grande quantidade de aposentados e aposentadas.

Outra atribuição dada pelo Grupo TAF aos membros da comissão foi o estudo dos números, contábeis e financeiros, do sindicato visando a avaliação, técnica, da necessidade e, caso haja, do percentual e indexador mais apropriados, para aplicação na contribuição sindical.

Na primeira reunião, o foco das discussões foi a necessidade de melhorarmos a receita, frente ao aumento crescente das despesas nos

últimos anos.

A comissão decidiu que irá levantar a idade média de inativos (aposentados e pensionistas) e a respectiva quantidade, para fazermos previsão, tendo como uma das balizas a faixa etária de nossos filiados.

Foi analisado o relatório de despesas ordinárias mensais do SINDIFISCAL-ES, que compreende: Salários, encargos, funcionários indiretos (alimentação, transporte, Unimed, uniformes, etc.), manutenção do sindicato (telefones, internet, materiais diversos, energia, gráfica, correios, etc.), clubes e sub-sedes (salários de funcionários, água, energia, etc.), receitas totais, despesas totais, e o percentual das despesas x receitas.

A reunião transcorreu em um ambiente de total transparência, sendo que todos os dados foram disponibilizados, assim como foi reiterada, pela diretoria, a disponibilidade de qual-



quer outro dado ou documento que se faça necessário à perfeita avaliação de nossa instituição, pelos colegas.

A comissão decidiu, também, utilizar a peça do orçamento aprovado

em novembro de 2010, como base de estudo e sugestões.

As próximas reuniões estão agendadas para os dias: 03, 10 e 17/06, às 10h, no Sindifiscal.

Super Agenda 2011 do Sindifiscal-ES na Assembleia Legislativa do Espírito Santo



Continuando o ciclo de reuniões com os deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, o Sindifiscal-ES reafirma seu intuito nessa maratona: unir, reforçar e consolidar a categoria fiscal. De fevereiro até hoje o Sindifiscal-ES já foi recebido por 23 deputados estaduais, oito deputados federais e quatro senadores.

No último mês, o Presidente Getúlio Ramos Pimentel esteve com os deputados Luciano Rezende, Wanildo Sarnaglia e Theodorico Ferraço. Após relato do Presidente sobre o documento entregue ao Governador Renato Casagrande, os deputados se colocaram à disposição do Fisco.

Sensibilizados com a questão da perda de mão-de-obra e aposentadoria em massa, os deputados disseram que uma solução é realizar mais concursos e nomear os aprovados imediatamente.



Retribuindo a visita do Sindifiscal, no dia 26 de maio o deputado estadual Luciano Rezende esteve na nova sede do sindicato, onde conheceu um pouco da história, lutas e projetos da categoria.

Sindifiscal-ES na luta pela recuperação da Dívida Ativa do Estado

Estima-se que o Espírito Santo tem a receber cerca de cinco bilhões, referente a processos de Dívida Ativa. Um dos caminhos para garantir que esse montante chegue até os cofres públicos e seja revertido em investimentos é a digitalização de tais processos, para agilizar suas cobranças. Tal situação vem sendo discutida, na SEFAZ ES, há tempos. Inclusive, como tema permanente nas conversas do SINDIFISCAL ES com o Secretário Mauricio Duque.

Atualmente, o Poder Judiciário capixaba não conta com tal tecnologia, por isso a lentidão e o acúmulo de mais de 30 mil processos.

Em fevereiro, o presidente do SINDIFISCAL-ES, esteve na Procuradoria Fiscal com o Procurador-chefe, Alexandre Bellotti, para unir forças em busca de uma solução.

Depois desse encontro, em abril, a diretoria do SINDIFISCAL-ES esteve com o Desembargador Manoel Alves Rabello, presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. O agendamento foi providenciado pelo presidente do TRE, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa.

Durante o encontro, Getúlio Pimentel solicitou ao presidente do judiciário capixaba empenho, no sentido de uma rápida informatização dos procedimentos, trazendo a realidade do e-process

para o nosso Estado. Adiantou que, tanto a SEFAZ quanto a Procuradoria Fiscal têm condições de operar tal instrumento, em curtíssimo prazo.

O Desembargador Manoel Rabello viu com muito bons olhos a iniciativa, elogiando-a e disse que, apesar de já se considerar em transição (a posse do novo presidente ocorrerá em dezembro, deste ano), irá envidar esforços, com seu sucessor, para em tempo célere resolver a questão.

Retornando à Procuradoria Fiscal, o presidente do sindicato foi recebido com boas notícias. O Procurador Alexandre Bellotti informou que representantes da justiça estadual, estiveram na Procuradoria detalhes da implementação do processo de digitalização da Dívida Ativa Estadual.

O próximo passo será a realização de uma reunião ampliada com a presença do Desembargador Manoel Rabello, Presidente do Tribunal de Justiça; juizes das Varas de Execução Fiscal; Procurador-chefe da Procuradoria Fiscal – PGE, Alexandre Bellotti; Secretário de Estado da Fazenda, Mauricio César Duque e SINDIFISCAL-ES.

Diretoria do SINDIFISCAL - ES é recebida pelo Procurador Geral do MPES

O agendamento do encontro foi solicitado E Getúlio Pimentel e Jair Gomes foram recebidos por Zardini.



Na pauta, os detalhes para iniciar o processo de implantação da digitalização dos procedimentos de tramitação da Dívida Ativa, além de outros temas, como a questão do aumento do número de juizes, para as Varas de Execução Fiscal, da realização de um mutirão para os cerca de 30 mil processos, da ativação efetiva da 3ª. Vara de Execução Fiscal

(hoje, virtual), e de cursos a serem oferecidos pelo fisco, SEFAZ e Procuradoria para o Judiciário.

A exemplo das demais reuniões, o tema encontrou abrigo imediato e adesão do MPES a toda e qualquer iniciativa que possa acelerar a tramitação processual, de interesse do erário público.



O Presidente Getúlio Ramos Pimentel e o Vice-Presidente, Jair Gomes da Silva foram recebidos pelo Procurador Geral do Ministério Público Estadual, Fernando Zardini.

40º ENCAT
ESPÍRITO SANTO - 2011
14 a 17 DE JUNHO | DOMINGOS MARTINS - ES

O Espírito Santo sediará o 40º Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários – ENCAT. O evento será realizado de 14 a 17 de junho no Aroso Paço Hotel em Domingos Martins.

O ENCAT tem por finalidade desenvolver e disseminar as modernas técnicas de gestão tributária, mediante o intercâmbio de experiências, soluções e sistemas, nas áreas de arrecadação, fiscalização, tributação, informações econômico-fiscais e outras de interesse da Administração Tributária, além de uniformizar procedimentos entre os Estados e o Distrito Federal, visando a implementação conjunta de soluções consensuais para os problemas comuns às unidades federadas.

140ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO

Realizada nos dias 17 e 18 de maio de 2011 em São Paulo, o CD teve a diretoria do SINAFRESP, sob o comando de Ivan Netto Moreno.



O frio que assolou a capital paulista foi amplamente compensado pelo companheirismo e calor humano que os paulistanos dispensaram aos visitantes. Instalados no tradicional

Novotel Jaraquá São Paulo Conventions, famoso pelas personalidades que abrigou ao longo dos anos, os conselheiros da FENAFISCO cumpriram uma agenda extensa, voltada a deliberar sobre diversos assuntos, como o Mandado de Injunção, instrumento de uso ainda restrito no país que, no caso, está sendo analisado pela federação, como opção para

alguns reclamos do fisco nacional, a exemplo da aposentadoria especial, por insalubridade e periculosidade. Nesse sentido, a federação fez realizar o VI Encontro de Assessorias Jurídicas, no qual os assessores e advogados sindicais do fisco de todo o país analisaram, não só o instituto em si, como a conveniência e oportunidade de sua eventual impetração.

Do mesmo modo, os advogados dos sindicatos de Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul compareceram à reunião para ex-

planação do relatório elaborado por eles e saneamento das dúvidas sobre o tema que foi debatido à exaustão. Nas discussões os prós e contras foram apontados e dúvidas sobre decisões, inclusive do Supremo Tribunal Federal (STF), foram sanadas. A matéria foi então conduzida à deliberação dos conselheiros sendo que, por sugestão do presidente do SINDATE/MS, a maioria concordou em levar para as bases os pontos tratados, em São Paulo, para deliberação do assunto na próxima Reunião do Conselho Deliberativo, em Sergipe.

Relatos dos sindicatos trazem misto de preocupação e realizações. Filiados relataram fatos acontecidos em seus estados.

- O Amazonas promoveu debate sobre a Reforma Tributária, com a participação do presidente da Assembleia Legislativa manauara. O evento teve como foco principal o futuro da Zona Franca de Manaus, no novo ordenamento proposto.

- O Rio Grande do Norte vem evidenciando esforços no sentido de conseguir, para o funcionalismo público potiguar o Teto de Desembargador, restabelecendo a ordem jurídica constitucional. Também está na linha de atuação do sindicato, conduzido pela presidente Marleide, o pagamento de débitos passados, pelo atual governo que herdou cerca de 11 planos de carreira, conforme explicou a dirigente.

- O fisco carioca relatou que houve uma perda de espaço com o governo, desde o governo Garotinho, gerou dificuldades relativas à indexação e ao plano de carreira, naquele Estado.

- Os paranaenses relataram problemas com a inclusão dos aposentados, na política implementada pela SEFAZ local.

- Já no Sul a preocupação dos sindicalistas gaúchos foi com o aumento das alíquotas da previdência social do Rio Grande do Sul, que marcaram de 11 para 16,5%. Os filiados externaram o temor de que tal prática "vire moda" no país.

- Uma boa notícia veio de Mato Grosso. Lá, eles estão conseguindo, finalmente, o Teto do Judiciário.

- No Pará, a boa nova é sobre a iminente aprovação da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT).

- Os representantes de Pernambuco denunciaram o tratamento diferenciado dado pelo governo a policiais militares e professores, em detrimento dos demais servidores, que obtiveram, apenas, 4% de reajuste.

- Em contrapartida, o Ceará revelou uma queda de cerca de 43%, nos vencimentos e produtividade.

- O fisco baiano compartilhou uma recente vitória jurídica, relativa ao teto constitucional de desembargador, tendo o STJ e STF confirmado decisão do Tribunal de Justiça baiano, favorável ao Grupo TAF.

- Goiás exortou a FENAFISCO a se pronunciar, de forma contundente, sobre a questão da carreira única do fisco.

- Os capixabas relataram boa parceria com a totalidade dos parlamentares daquele estado, nos diversos níveis de atuação e o compromisso firmado com o governo no sentido de propiciar o incremento da arrecadação estadual, como condição garantidora de contrapartidas que venham a resolver as pendências do fisco.



Diretoria do Sinafresp e Deputado Vaz de Lima

Cursos da FENAFISCO são um sucesso, na avaliação dos participantes

Durante a reunião, também foi feita uma explanação, acompanhada por depoimentos vários sobre os cursos que foram recentemente realizados pela FENAFISCO, em Brasília, voltados à capacitação e especialização de lideranças e de gestores sindicais.

Apesar da agenda apertada, a frequência foi considerada boa, pelo diretor Liduíno Brito, que informou ainda estar a matéria disponível, para ministração em cada unidade federada.

As opiniões sobre os cursos foram unânimes. Desde a organização até a oportunidade, reconhecida por todos

de ganho informativo e vivencial de grande qualidade, os elogios foram pródigos.

Outro destaque foi a participação de policiais federais, membros do SINDIPOL/DF que, inclusive, já solicitaram vagas para o próximo curso, ATUAÇÃO PARLAMENTAR, que acontecerá nos dias 08 e 09 de junho, no Brasília Imperial Hotel. Este novo curso pretende preparar os dirigentes sindicais para a lida com os parlamentares, de todos os níveis federados, como forma de uniformizar e otimizar os procedimentos e resultados.

Comissões de Participação Política e da Lei Orgânica

Revigorada, após a lastimável perda do companheiro Ítalo, a Comissão de Participação Política da FENAFISCO, agora sob a coordenação do companheiro cearense Nilson e contando com representantes de mais 13 estados, a saber, PE, RN, RS, MG, SP, CE, DF, AM, PB, PA, MT (Sindifisco), ES, MS (Sindate) e FENAFISCO, recomeçou os seus trabalhos visando a orquestração da participação política do fisco, estadual e distrital, na vida nacional.

Do mesmo modo, a Comissão de Estudo da Lei Orgânica, agora con-

tando, novamente, com a brilhante presença do Dr. Alexandre Ribeiro da Cunha, autor do primeiro e decisivo estudo sobre o tema, na Federação. A comissão realizou a sua reunião, com a presença de todos os membros, oriundos dos seguintes estados: RN, ES, PB, PE, AM, MS (Sindate), GO, MT (Siprotaf), AP e FENAFISCO.

Nos meses de junho, os membros das comissões se reunirão em Brasília, para prosseguimento dos trabalhos, sendo 06 e 07 reservados para a Comissão de Participação Política e o dia 14, para a que trata da Lei Orgânica.



POR UM MUNDO SEM
TRABALHO INFANTIL

Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Justo



Flagrante da visita de cortesia que nos fez o Senador Ricardo Ferraço (PMDB - ES), por ocasião do almoço com o Senador Randolph Rodrigues (sentado), em torno do lançamento da "Frente Parlamentar Mista por uma Reforma Tributária Justa e um Brasil Melhor". Ricardo é um dos parlamentares que aderiu ao Movimento.

Os Fiscos, municipal, estadual e federal lançaram o "Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Nacional Justo" no último dia 7 (junho), representados pelas entidades FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais, FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e o SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O projeto foi idealizado, no final do ano passado, no XV CONAFISCO – Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital, evento promovido pela FENAFISCO e é iniciativa do Senador Randolph Rodrigues, do Amapá. Na ocasião, durante uma reunião com diversos parlamentares, o Senador se mostrou bastante afinado com as questões do Fisco e propôs, então,

uma união de forças para concretizar a idéia de uma Frente Parlamentar Mista que lute por justiça fiscal.

Outro grande apoiador do projeto é o Deputado Federal e Auditor Fiscal de São Paulo, João Dado, que estará dando todo o suporte necessário para a instauração da Frente Parlamentar Mista, na Câmara Federal.

O lançamento da "Frente Parlamentar Mista por uma Reforma Tributária Justa" ocorreu no Senado Federal, Plenário nº 3 da Comissão de Constituição e Justiça, na Ala Senador Alexandre Costa.

As frentes parlamentares são constituídas por iniciativas de membros dos legislativos, independentemente de partido político, que formam equipes para atuar de forma unificada em função de interesses comuns. Neste caso, os parlamentares se unirão para defender ações e iniciativas que promovam justiça fiscal e social e estarão imbuídos pela técnica e experiência das carreiras da Administração Tributária.

Palavra do presidente da Fenafisco

"Politicamente é muito importante para o Fisco brasileiro o lançamento de uma Frente Parlamentar Mista. Em torno da Reforma Tributária, a Frente Parlamentar irá provocar o Fisco, em todos os níveis, a construir uma proposta única e conjunta, que contribuirá para o debate de uma reforma, polêmica como esta. Ao mesmo tem-

po, a oportunidade nos abre espaço para trabalharmos outros projetos de interesse da categoria, a exemplo a PEC 186 (Determina que: lei complementar definirá as normas aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) e o próprio Projeto de Lei Orgânica da Administração Tributária".

Formato das reuniões do Conselho Deliberativo

O crescimento da participação dos estados filiados nas reuniões da FENAFISCO provocou a sugestão, por parte da diretoria de reformatação da configuração da mesma, visto o alto custo que a atual obriga aos sindicatos, na locação de salas especiais para acolher a reunião, no formato atual.

Os conselheiros foram informados que a reformação não excluirá, de modo algum, qualquer dos participantes. Apenas haverá redução dos lugares na mesa principal sendo que os acompanhantes ficarão em posição tal que não lhes tire nem a percepção participativa, nem a voz, nas reuniões.

Banco de Dados da FENAFISCO

O diretor do departamento técnico da FENAFISCO, Getúlio Lago informou sobre as providências que foram tomadas, em especial, sobre a área restrita do site e solicitou que

as informações solicitadas aos sindicatos lhe sejam remetidas, o mais rápido possível, para a conclusão da inserção dos dados e disponibilização dos mesmos a todos.

Educação Fiscal

O diretor Lúcio apresentou, brevemente, idéias para o desenvolvimento de trabalhos educacionais, focados na ampliação do foco das ações.

Pelo adiantado da hora, porém, solicitou que os detalhes ficassem para o CD de Sergipe, o que foi acatado, encerrando, assim, a reunião.

RENOVAR

LIMPEZA A SECO

Poeira, ácaro, sujeira e mofo fazem mal a saúde.
Cuide de quem você ama!

<ul style="list-style-type: none"> ⌘ Sofás ⌘ Cadeiras ⌘ Carpetes ⌘ Tapetes ⌘ Colchões 	<ul style="list-style-type: none"> ⌘ Interior de Veículos ⌘ Cinemas ⌘ Pelúcias ⌘ Cadeirinhas e carrinhos de bebê
--	--

Contato: Samuel Fonseca
 3039-1606 / 9705-3164
 Orçamento sem compromisso!
renovarlimpezaaseco@gmail.com.br

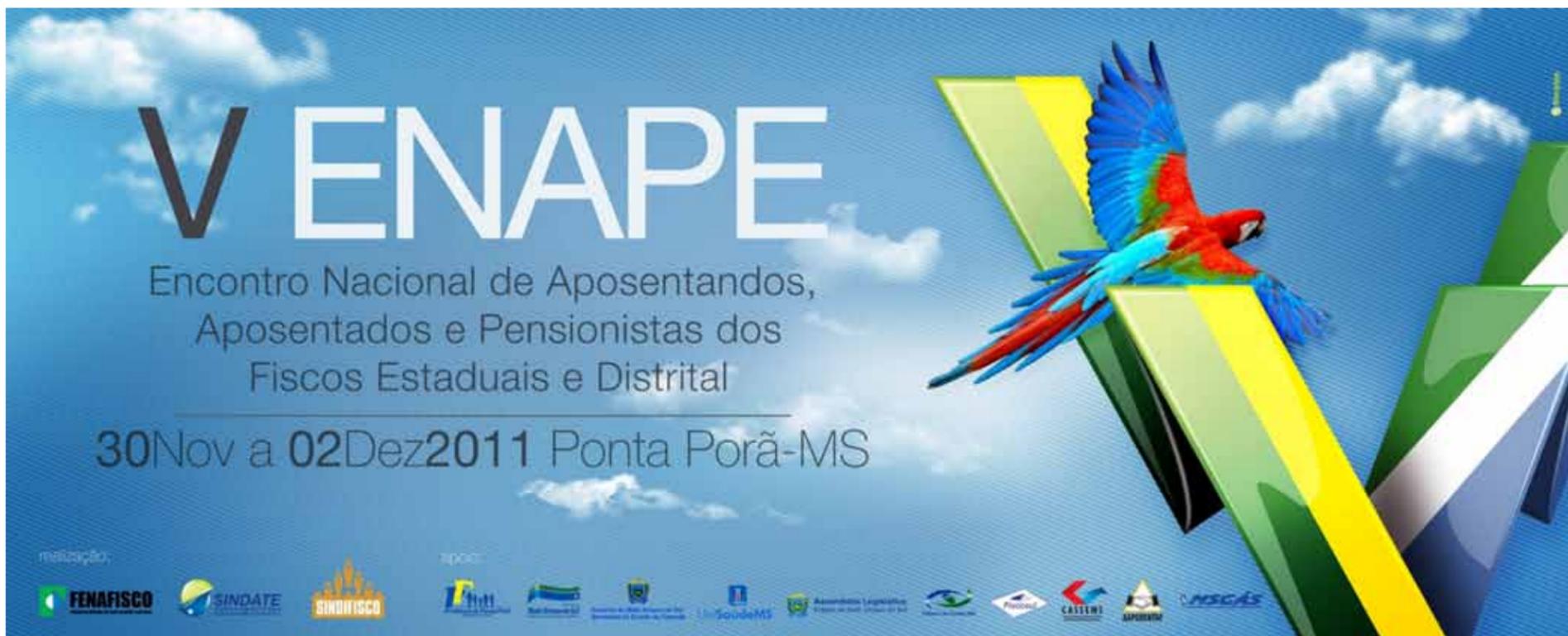


PAF da Casa: SEFAZ prestigia inovação

João Antônio Nunes da Silva, Adaiso Fernandes Almeida, Eliezer Antônio Libardi, Joel Salomão Fadlalah e Rafael Induzzi Drews compõem a equipe encarregada de executar o Projeto de Reformulação do Modelo de Gestão do Processo Administrativo Fiscal do Estado do Espírito Santo – PAF. A nomeação se deu pela Portaria nº 30-S, publicada no Diário Oficial de 30/05/2011.

A liderança da equipe ficará por conta do colega João Antônio. O grupo será responsável pela melhoria dos procedimentos e processos atinentes à Dívida Ativa em nosso Estado. Um tema muito defendido pelo sindicato nas reuniões com autoridades responsáveis.

O SINDIFISCAL-ES parabeniza os colegas e principalmente a Secretaria da Fazenda pela iniciativa.



Uma realização da FENAFISCO com SINDATE/MS – Sindicato dos Agentes Tributários Estaduais de Mato Grosso do Sul e SINDIFISCO/MS – Sindicato dos Fiscais de Rendas de Mato Grosso do Sul ocorrerá de 30 de novembro a 02 de dezembro, no Centro Internacional de Convenções Miguel Gomez.

A abertura solene contará com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social Garibaldi Alves Filho com a palestra inaugural “Previdência e Assistência Social no Brasil”, além de outras autoridades brasileiras e paraguaias.

Nos dias 01 e 02 de dezembro haverá palestras sobre “Projetos de Interesse dos Servidores dos Fiscos Estaduais e Distrital em Tramitação no Congresso Nacional”, “Previdência Complementar”, “Amor, Prazer e Sexualidade após a Aposentadoria”, “Qualidade de Vida na Aposentadoria”, “A importância de uma boa Preparação à Aposentadoria” e “Aposentadoria e paridade no serviço público de Mato Grosso do Sul”.

A programação contará também com um período livre para que os participantes desfrutem dos atrativos comerciais de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, e regionais de Ponta Porã.

Aposentados e pensionistas do Fisco Estadual preparem as malas!

Inscrições:

Taxa de inscrição: R\$ 200,00 (a pré-inscrição deverá ser feita até 09.09.2011, podendo a inscrição definitiva e o pagamento da taxa de inscrição ser efetuado até o dia 23.09.2011).

As inscrições serão cobradas de todos individualmente: delegados, participantes, inclusive para os cônjuges, acompanhantes, convidados, etc, que forem participar do evento ou utilizarem qualquer estrutura disponibilizada.

Hospedagens:

Barcelona Hotel – Ponta Porã (MS)
Valores das diárias

Tipo de Acomodação	Valor Individual	Valor Duplo	Valor Triplo
STANDARD	R\$115,00 + 5%ISS	R\$155,00 + 5%ISS	R\$208,00 + 5%ISS
LUXO	R\$165,00 + 5%ISS	R\$185,00 + 5%ISS	R\$240,00 + 5%ISS
MASTER	R\$230,00 + 5% ISS	-	-

Comodidades: O Barcelona Hotel possui 152 apartamentos divididos em suítes, casais, single, duplo, triplos, conjugados, e estão equipados com frigobar, ar condicionado e TV. Oferece sauna, piscina

aquecida, sala de ginástica e quadra poli-esportiva.

Localização: Está a 20 metros da linha de divisa com o Paraguai, no centro da cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Hotel e Turismo Pousada do Bosque – Ponta Porã (MS)
Valores das diárias

Tipo de Acomodação	Valor Individual	Valor Duplo	Valor Triplo
STANDARD	R\$95,00 + 5%I SS	R\$160,00 + 5% ISS	-
LUXO	-	R\$170,00 + 5% ISS	-
EXECUTIVO	-	R\$190,00 + 5% ISS	-
EXECUTIVO LUXO	-	R\$220,00 + 5% ISS	-
TRIPLO	-	-	R\$245,00 + 5% ISS
DIPLOMATA	R\$280,00 + 5% ISS	-	-
PRESIDENCIAL	R\$330,00 + 5% ISS	-	-

Comodidades: O hotel oferece para lazer uma área de 200.000 m2 de área verde com bosque nativo para caminhadas, serviço de sauna seca e à vapor, piscina adulta, piscina com tobo-água, campo de futebol, 02 quadras de tênis, quadra de vôlei, sala de jogos, playground e bosque com trilhas, restaurante com american bar e com piano

bar, além de serviço de internet banda larga wireless. Lavanderia própria, jornal da capital, cofre, os aptos possuem ar condicionado quente/frio, tv, telefone, frigobar, aquecimento central.

Localização: Está a 500 metros da divisa com o Paraguai.

Aroso Paço Hotel
O Fisco Nacional se encontra aqui! 40º ENCAT

Domingos Martins-ES

Prêmio SINDIFISCAL ES de Jornalismo SECOM recebe diretoria do SINDIFISCAL

A diretoria do SINDIFISCAL ES representada pelo seu presidente, Getulio Ramos Pimentel, pelo vice, Jair Gomes da Silva, pelo diretor de comunicação, Guilherme Pedrinha, acompanhados pela jornalista do sindicato Adriana Nobre e pelo Presidente da ABI- ES, José Angelo Fernandes, parceiro de nossa instituição foram recebidos, dia 31 de maio, na SECOM, pela Superintendente Estadual de Comunicação Social do ES, Sandra Maria Wernersbach Cola e Handerson Siqueira, Superintendente de Imprensa. A pauta agendada foi a apresentação do sindicato e de suas iniciativas em prol da carreira do fisco e do Estado e o projeto “Prêmio SINDIFISCAL ES de Jornalismo”, criado para destacar o trabalho do fisco, que tem sido parceiro e alavancado a arrecadação estadual e o universo tributário.

Coube ao diretor de comunicação Pedrinha discorrer sobre toda a trajetória do lançamento do prêmio e sobre a missão sindical de divulgar a identidade do fisco, no ES e no país, visando uma aproximação maior com a sociedade.

Foi lembrado que o fisco estadual é responsável pelos recursos da saúde, da educação, da segurança, do transporte e outros.

A idéia do “Prêmio Sindifiscal de Jornalismo” foi amplamente elogiada pelos nossos anfitriões e ficou acertada a participação dos mesmos em um café no Sindifiscal, para que os mesmos conheçam as nossas novas instalações, enquanto discutimos o projeto do fisco, voltado a uma maior parceria com o governo, em especial, na área de comunicação.

Os sindicalistas destacaram os frutos já colhidos com o lançamento do prêmio, e o planejamento do cer-

tame, até a entrega do mesmo aos vencedores, em 05 de novembro de 2011.

Em sua fala, o presidente da ABI ES, José Ângelo Fernandes fez questão de reafirmar o apoio da imprensa capixaba à iniciativa que vem trazer engrandecimento aos profissionais de imprensa e ao Estado. Por essa razão, foi enfático ao lembrar o compromisso educacional do Estado, por meio do governo e de todos os órgãos que o compõem. Mais que uma premia-

ção, frisou o jornalista, o evento trará benefícios para toda a sociedade capixaba.

A Superintendente Sandra destacou trabalho de criação e se colocou – e a SECOM – à disposição, para divulgar este trabalho, através da TVE e da Rádio Espírito Santo, além de acionar a parceria junto a outros canais comunicação, para cobertura e participação do evento que é, segundo ela, importante para o ES.



Capixabas se destacam no cenário jornalístico nacional

O dia 30 de maio nos trouxe, também, uma excelente notícia.

As Repórteres de A GAZETA, Mikaella Campos, de Economia, e Viviane Carneiro, da sucursal de Colatina, disputam premiação no Prêmio SEBRAE de Jornalismo. Elas estarão amanhã, em Brasília, para disputar a premiação com jornalistas dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Esta é a terceira edição do prêmio, que contou com a inscrição de 1.033 trabalhos de todos os cantos do país. No Espírito Santo, 22 reportagens foram inscritas.

No total, serão entregues R\$ 90,5 mil aos vencedores em oito categorias diferentes. Além das quatro categorias principais, que dará R\$ 12,5 mil de premiação, haverá ainda o Grande Prêmio SEBRAE de Jornalismo (R\$ 25 mil), o Prêmio Especial do Júri (12,5 mil) e a Menção Honrosa (R\$ 3 mil).

As duas reportagens de A GAZETA ganharam a etapa estadual e agora vão concorrer com matérias escritas por repórteres de outros estados da Região Sudeste. O vencedor de cada região vai disputar o grande prêmio nacional.

A reportagem “**Os caminhos para virar um exportador**”, escrita pela Mikaella Campos, no início de fevereiro, será o primeiro prêmio disputado pelo site www.agazeta.com.br.

Já na categoria jornalismo impresso, a repórter Viviane Carneiro, vai concorrer com a matéria “**Mais de 440 comerciantes de Colatina deixam a informalidade**”.

Segundo a gerente de Marketing e Comunicação da do SEBRAE, Cândida

Bittencourt, cada vez mais o prêmio tem aceitação da mídia. “Tivemos um material rico para avaliar e foi uma participação significativa, uma vez que aumentamos em 18% o número de trabalhos inscritos em relação à edição passada”.

Jurado da região Centro-Oeste pela Federação Nacional dos Jornalistas (**FENAJ**), Luís Carlos Luciano conta que as matérias foram diversificadas em termos de depoimentos, imagens, ilustrações e dados. “Ficou evidente a objetividade, a capacidade técnica e o espírito motivador na apresentação de pessoas simples que superaram dificuldades com notável criatividade”, explica.

Tudo a ver

A participação, em larga escala, de jornalistas de todo o país, numa disputa como o Prêmio SEBRAE de Jornalismo demonstra que estamos no caminho certo.

O Prêmio SINDIFISCAL ES de Jornalismo tem identidade com os objetivos da premiação SEBRAE.

Enquanto aquela busca a disseminação da cultura empreendedora, a do sindicato do Grupo TAF pretende a disseminação da cultura cidadã pela conscientização da fundamentalidade do tributo e da essencialidade do fisco, enquanto carreira de Estado, na difícil missão de construir, junto com a sociedade, um Estado de bem-estar, capaz de atender aos reclamos sociais de modo efetivo e eficaz.

Parabéns às repórteres, pela brilhante participação. Que venham somar, com outros tantos, na disputa cidadã de nosso prêmio.



Seminário

Reforma Tributária: Em busca de um Brasil melhor e mais justo.



O Sindifiscal-ES esteve presente nos dias 19 e 20 de maio, representados pelo Presidente, Getúlio Ramos Pimentel e o Diretor de Comunicação e Divulgação, Guilherme Frederico Pedrinha.

O sistema tributário brasileiro padece de numerosas distorções que se acumulam através dos anos. Uma delas é o grande peso dos tributos indiretos, como o ICMS e o IPI, que proporcionalmente oneram mais os contribuintes de

renda menos e leva uma injusta regressividade tributária que precisa ser corrigida. Outro defeito de grande relevância é a elevada carga tributária que pesa sobre a área de produção, dificultando a competitividade das mercadorias brasileiras no mercado internacional, favorecendo a entrada de mercadorias estrangeiras.

No dia 20 de maio, o Presidente Getúlio, participou da Mesa Diretora dos Trabalhos, a convite do Estado de São

Paulo. Também participaram da composição o Diretor do Departamento de Comércio Exterior da FIESP, Roberto Gianetti Fonseca e o Consultor Tributário e ex-coordenador da Administração Tributária do Estado de São Paulo, Clovis Panzarini.

Foram ministras palestras muito interessantes. O Sindifiscal-ES traz um pouco do conhecimento apresentado em cada uma delas. Confira abaixo:

Sessão Solene de abertura Sr. Andrea Sandro Calabi

Realizada no auditório do Novotel Jaraguá, o Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo, Dr. Andrea Sandro Calabi, analisando o tema, disse que o assunto requer análise do quadro de crises. Continuou dizendo que o mundo está em crise: nos EUA, principalmente devido o déficit público; no sistema financeiro mundial; o Japão, segunda economia mundial, já estava estagnado, antes do tsunami. Já nos países, Brasil, China, Rússia, Índia, Indonésia, o crescimento é mais promissor, e deverá ser bem maior do que a média mundial.

No Brasil, o momento é muito especial, pois enfrentamos a inflação, e precisamos de controle fiscal, precisamos unir os entes federativos, e lutarmos pela estabilização nacional, nossas bases têm que estar preparadas, alertou o secretário.

Sobre a reforma tributária, Calabi aponta que no Brasil a carga tribu-

tária é elevada devido aos desvios do imposto sobre a renda e sobre a produção. A distribuição dos recursos é diferenciada, desproporcional. No mundo, a carga tributária sobre a renda (IR) é de 50%, no Brasil é de apenas 20%. Sobre os fundos, a Lei Kandir não remunera os Estados das perdas. O fundo de participação dos Estados, hoje, é muito irreal, ilegal e desproporcional. Para piorar existe uma valorização excessiva do real, além de um estímulo as importações, tendo como consequência uma desindustrialização.

Na opinião do secretário a Reforma Tributária é um grande desafio, para distribuição de recursos, e poder entre os entes tributários. E destaca outro tema importante para o País: a Reforma Fiscal que precisa controlar o gasto, e atender as demandas para a educação, saúde e segurança pública.

Andrea Calabi encerrou dizendo que dentre os tributos, o ICMS é o mais importante, e é mais representativo que as transferências federais. São Paulo, hoje, representa 33% do PIB Nacional, sendo o ICMS é 2/3 das receitas tributárias. No atual sistema tributário nacional, vemos também uma concentração de impostos indiretos e a regressividade de impostos.

Lei Kandir

Os governadores do Sul e Sudeste se reuniram com o Ministro da Fazenda Guido Mantega, no dia 18 do corrente, em Brasília – DF, para tratar da alíquota zero para os estados importadores, os estados mais atingidos, são Santa Catarina e Espírito Santo. Sobre



as perdas São Paulo perderá mais de cinco bilhões de reais, mas a idéia é reduzir a guerra fiscal; atualmente a perda de São Paulo com a Lei Kandir é de 3 bilhões de reais.

“Alguns Aspectos negativos do atual Sistema Tributário Brasileiro”

Ex-Presidente do Banco

Central do Brasil, Gustavo Loyola.

A palestra fez uma abordagem econômica do sistema tributário nacional, mostrando alguns aspectos negativos, que precisam ser revistos pelo País, como a carga tributária elevada, o custo de observância, os números excessivos de tributos, a dependência de tributos indiretos (regressividade) e a ausência de um IVA nacional (proposta de reforma tributária fatiada).

Gustavo se manifestou contra a criação de um imposto único, pois devido à diversidade de tributos, é impossível reunir todos num só. Sobre a Guerra Fiscal, classificou-a como “a mãe das distorções”, o Brasil deixou a vice liderança e passou a ocupar o nono lugar no ranking de desigualdade.

O palestrante mostrou também o lado histórico da carga tributária de 2010: 34,5%, 2009: 33,6% e 2005: 33,4%. Concluindo que o Brasil precisa aprimorar o Sistema Tributário e fazer um programa de Reforma Fiscal, reduzindo o gasto público em relação ao PIB real e medindo sua eficiência. O problema é a capacidade de investimento do País: 1988: carga tributária de 23,3%, com investimento de 4,92% do PIB; já em 2010, a carga tributária foi de 37,4%, investindo 1% do PIB um dado preocupante.

Segundo o Banco Mundial, no Brasil o cidadão trabalha 152 dias no ano, só para o pagamento de impostos, e a incidência de tributos sobre o trabalho é de 40,9% e o percentual total da carga tributária no País é de 69%. É o primeiro lugar do mundo.

Comparando o Brasil com a Comunidade Européia, o percentual da carga tributária:

	Brasil	OCDE
Renda	20,5%	60,6%
Salários	24,1%	43,8%
Bens e Serviços	48,7%	60,7%
Propriedade	3,3%	15,41%
Sistema Financeiro	2,1%	-

Gustavo Loyola destacou também, o fato de que o ICMS perdeu sua característica de ser de valor agregado. “O imposto sobre a energia elétrica é muito alto, para um País que quer crescer. São distorções do ICMS: a substituição tributária, as alíquotas interestaduais diferentes, e a guerra fiscal, onde todos perdem”.

Sobre a Reforma Tributária fatiada, que já está em debate do Congresso, Gustavo acredita que sua eficiência simplificada é uma boa teoria de argumentação, e que o ICMS interestadual precisa da unificação, da sistemática origem e destino, e a redução da tributação sobre os bens e serviços pelo menos a médio prazo. Deve ocorrer também a desoneração da folha de pagamento sem prejudicar a previdência, o Super-simples deve aumentar o faturamento (Projeto de Lei Complementar), a devolução dos créditos PIS/COFINS (Medida Provisória) e o ICMS alterar a alíquota, com o objetivo de combater a importação e os entes federados negociar no CONFAZ.

Em uma avaliação final o palestrante acredita que os compromissos do governo ainda precisam ser melhor esclarecidos, no entanto a iniciativa de resgatar agenda tributária é positiva. Sobre a ques-

tão do ICMS, é arbitrar jogo político e demandas dos estados como ponto central. As desonerações e devoluções de créditos dependerão de espaço fiscal e gestão eficiente, e quanto à folha a questão parece ainda tratada de forma incipiente. O palestrante questiona: novos tributos serão necessários?



“Guerra Fiscal nas importações”

Coordenador da Administração Tributária do Estado de São Paulo, José Clovis Cabrera.

“A questão da Guerra Fiscal visa principalmente à atração de desenvolvimento industrial, empregos e benefícios fiscais com centros de distribuição”.

Segundo Cabrera, o FUNDAP do Espírito Santo é uma guerra fiscal na importação. Em todos os estados, os governos estrangeiros pedem benefícios para a instalação de suas empresas, como um verdadeiro leilão. O problema da guerra ocorre por não aplicação da Lei Complementar Federal 24/1975, que prevê graves sanções. Os benefícios fiscais deveriam ser aprovados por todos estados.

Segundo Cabrera, atualmente muitos benefícios financeiros são concedidos sem aprovação do CONFAZ, isto na importação beneficia produtos estrangeiros, e trás prejuízo duplo para estados como São Paulo, por exemplo, pois não fica com a arrecadação do imposto e ainda tem que reconhecer integralmente o

crédito da nota fiscal, apesar de ser falso. As modalidades de importação mais usadas é a importação por encomenda e por conta e ordem.

O palestrante disse ainda, que os estados mais problemáticos são o Espírito Santo e Santa Catarina, apesar de nosso estado ter resolvido algumas pendências através do Protocolo ICMS 23/2009 e Convênio ICMS 36/2010.

A operação “Tolerância Zero” realizada em SP, apresentada na palestra, prevê: seleção de alvos, prospecção de dados, acesso à contabilidade através da RFB, glosa de crédito – 2001(mensal), operação ST – Interestadual, plantões rodoviários e em estabelecimentos, alteração da legislação (deferimentos, novas obrigações acessórias, e regimes especiais), preparação para enfrentamento judicial junto com a procuradoria.

Cabrera também falou sobre a PRS 72/2010, apresentado pelo Líder

do Governo, Senador Romero Jucá, que reduz a alíquota de ICMS para zero. “Existe dificuldade para saber a origem da mercadoria importada, além do risco de inconstitucionalidade, pois não podemos dar tratamento diferenciado à mercadoria importada. Para resolver a situação da guerra fiscal, acredito numa Reforma Tributária fatiada, ou a aplicação de sanção já prevista na Lei Complementar Federal 24/1975” alega.

Quando perguntado se vai ocorrer a Reforma Tributária, ele disse que há esperança, mas não existe sintonia entre os Estados e o Distrito Federal. Algumas possíveis soluções são em base de: inconstitucionalidade do ato que concede o benefício fiscal sem observar os procedimentos previstos no ordenamento jurídico; Nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria; Exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente; e Obstáculos: nú-

mero elevado de benefícios irregulares; prazo longo para finalizar o processo; possibilidade de revogação de norma, cuja constitucionalidade é contestada em ADIN.



“Conflitos Federativos Tributários: o setor produtivo paga essa conta”

Consultor Tributário e ex-coordenador da Administração Tributária do Estado de São Paulo, Clovis Panzarini.

Enfatizando os principais erros em anos com relação ao combate da Guerra Fiscal, o consultor Tributário e ex-coordenador da Administração Tributária do Estado de São Paulo questiona se o governo e as instituições querem mesmo acabar com esse impasse.

As críticas ao ICMS são muitas, dentre as mais importantes: voracida-

de ICMS às importações, em verdadeiro crime de lesa pátria, repartindo-se o butim (diferença de alíquota) entre o comerciante e o Estado Pirata; Pirataria II: concessão de benefícios fiscais a atacadistas, promovendo passeio de mercadorias, repartindo-se o butim entre o comerciante e o Estado Pirata; Adoção generalizada da substituição tributária, transformando o ICMS em exótico “IVA monofásico”; Exigência do recolhimento da diferença de alíquota do ICMS na fronteira interestadual; Comércio eletrônico: cobrança inconstitucional, em duplicidade, na fronteira.

As Munições da Guerra Fiscal:

- Tributação interestadual: conexão entre o fornecedor subsidiado e o seu cliente interestadual - o crédito no estado de destino não corresponde a ônus no estado de origem
- A alíquota interestadual transfere para o tesouro do estado destinatário o custo da renúncia fiscal (que para o estado de origem é zero: perde receita marginal)
- Princípio de destino acabaria com a guerra fiscal: dificuldades operacionais e federativas

As Consequências da Guerra Fiscal

- Insegurança jurídica para o contribuinte beneficiado e para seus clientes interestaduais - glosa de cré-

dito x contingências tributárias

- Empresas não beneficiadas podem mercado e são induzidas a migrar para as “áreas de livre comércio de ICMS”
- Estados industrializados têm dificuldade para entrar no leilão da guerra fiscal - receita marginal x receita média
- Estados “guerreiros” não têm perda; ao contrário, têm ganho marginal de receita.
- “Lei de responsabilidade tributária” resolveria.

Resumindo, Panzarini considerou a Federalização do IVA: tecnicamente aconselhável mas politicamente inviável - troca de receita própria por

transferências federais, cujo critério de partilha seria definido politicamente no Congresso Nacional. A política tributária estadual no modelo de IVA estadual exige princípio de destino para ter racionalidade, problemas operacionais (controle de fronteira e acumulação de créditos) e de redistribuição de rendas. A atual proposta de reforma “fatiada” (princípio de destino do ICMS, desoneração da folha e agilização de aproveitamento de créditos acumulado de PIS/COFINS) pode representar avanço, mas está longe de poder ser chamada de reforma tributária. Segundo ele, o modelo deve ser reformulado no seu conjunto, inclusive com rediscussão dos fundos compensatórios.



de dos fiscos privilegia arrecadação; Diversidade de regras - administração tributária complexa; Fontes de cumulatividades (BK, Bens de Uso e Consumo, estorno de crédito, créditos não honrados); Guerra Fiscal: fere o princípio da isonomia, competição desleal, insegurança jurídica, etc; Pirataria I: concessão de benefícios de



Manoel Isidro, da Fenafisco. Atuação marcante e aplaudida

“O que a sociedade espera de uma Reforma Tributária”

Ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

“Tenho todos os sistemas tributários mundiais como imperfeitos, sendo que em todo o mundo esse é um tema intemporal e mundial. Por exemplo, nos EUA, o sistema tributário é imperfeito, para você fazer o imposto de renda, precisa ler mais de 60.000 páginas, e ninguém consegue fazer seu imposto de renda sem um consultor”.

O Brasil, apesar das imperfeições, foi o primeiro a criar uma empresa de informática para controlar o sistema; foi primeiro a colocar na rede bancária e, depois da França, foi o segundo país, a lançar um imposto sobre Valor Agregado – o ICMS.

Para ele, é positiva a intenção do governo de se fazer uma “reforma fatiada” e não uma “reforma geral”. “Reforma tributária não é um evento, é um processo. Ela exige mudanças todos os dias, isto porque, as circunstâncias e as necessidades mudam. Acho que é um equívoco defi-

originais do modelo. “As regras têm que ser estabelecidas mostrando o que pode ser feito e não o que é proibido. Mas se nada é feito é porque a legislação pode estar errada, o que exige mudanças”, aconselha o ex-secretário da Receita. Quanto aos impostos o ICM apresentava titularidade estadual, a sua base impositiva era limitada e previa a possibilidade da redução de base de cálculo. O IPI com base impositiva alargada e o ISS, detinha a cumulatividade. Tanto em um, quanto no outro se vê o acirramento da Guerra Fiscal que, para ele, seria resolvida se houvesse mudanças na legislação atual.

“É um dos maiores exemplos da hipocrisia nacional. O descumprimento da lei é algo comum no País, e a guerra fiscal é mais um exemplo entre tantos. Em paralelo a isso, os estados lesados não tomam medidas práticas para resolver esse problema.” Sobre a guerra fiscal, ele disse que não existia, pois quando foi criado o CONFAZ, em 1975, a lei era cumprida, a Lei Complementar Federal 24 de 1975 estabelece sanções muito pesadas. Afirmou, ainda, que a Guerra Fiscal só existe porque não se cumpre a lei no país. “Houve uma degradação no modelo original do Sistema Tributário Brasileiro, no que diz respeito ao ICM, IPI e também nas transferências federais”, disse Maciel.

Sistema tributário brasileiro: a degradação do modelo original

A degradação do modelo original do Sistema Tributário Nacional ocorreu da seguinte forma: o ICM: grande diversidade de alíquotas, concentração da arrecadação e acúmulo de créditos na exportação; o IPI: a constitucionalização da Zona Franca de Manaus; as transferências federais: 47% do IR e 54% do IPI; a elevação continuada do FPE e FPM, e o aumento das contribuições sociais; a ampliação das transferências: royalties, participações especiais, CIDE – Combustíveis e Transferências voluntárias. Sobre esse assunto, disse que o que se observa é que, em se tratando das transferências, houve um aumento do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios e das contribuições sociais, além da ampliação dessas transferências: royalties, participações especiais e Cide – Combustíveis e transferências voluntárias. Royalties de petróleo (1952) - Nos anos 80, o RJ estava quebrado, então incluiu a incidência sobre a plataforma do estado produtor, apesar da plataforma ser da União. É a lógica política.

Quando perguntamos se o IVA nacional vai sair, Everardo riu e disse: “Só se matarem todos os governadores, deputados estaduais, senadores e deputados federais. É muito sangue.”



nir quando será implantada, porque realizar isso não é simples. Não existe uma reforma geral”, explicou.

Sobre a natureza das reformas

Quem não gosta de reforma. Fazemos isso o tempo todo, na nossa casa, no carro, em nós mesmos. Temos fascínio por reformas. Dele nascem a lógica das expectativas, a ansiedade, a discussão e o debate. Da imperfeição das reformas vemos surgir a lógica das tensões políticas. Assim como da obsolescência das reformas, nasce a lógica da evolução permanente.

O Sistema Tributário Brasileiro apresenta um modelo vigente sobre uma matriz criada pela reforma tributária, introduzida na Constituição, pela EC nº 18, de 1º de dezembro de 1965. Algumas inovações introduzidas pela reforma de 1965-67, funcionava da seguinte maneira: Tributação do consumo - ICM, IPI, impostos únicos. Maciel acredita que a criação de um imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é inviável e desnecessário. “Porque significa retirar a competência dos estados”, justifica.

O Sistema tributário brasileiro apresenta, no entanto, disfunções

Plateia lotada



Reforma tributária O que a sociedade quer, afinal?

Nas primeiras considerações sobre o que a sociedade espera da Reforma Tributária, Maciel disse que a Reforma Tributária abrange três demandas distintas: a reforma dos entes federativos, a reforma dos contribuintes e a reforma dos especialistas.

“Para a simplificação da reforma, existem alguns aspectos que deveriam ser seguidos, como a harmonização relativa da legislação, a vedação à redução da base de cálculo, a limitação de alíquotas, a eliminação dos regimes especiais (PIS/COFINS), o retorno à simplicidade e a transição para o Lucro Presumido”, disse.

Sobre o tipo de reforma tributária que pode ser implementada no País, o Ex-Secretário da Receita Federal enumerou:

Aspecto da COMPETITIVIDADE: Desoneração dos investimentos, redução da incidência sobre folhas de salário, liquidez dos créditos de exportação, guerra fiscal versus competição fiscal lícita, e os limites da substituição tributária;

Aspecto da SIMPLIFICAÇÃO: ICMS – harmonização com todas as unidades, PIS/COFINS – eliminação dos regimes especiais, Simples – simplicidade, transição para o lucro presumido, Lucro presumido - elevação do limite de opção.

Aspecto da DESBUROCRATIZAÇÃO: Unificação cadastral, simplificação dos procedimentos de baixa e de inscrição; restrições as exigências de obrigação acessória, vedação do uso de certidão negativa como sanção política, conferindo-lhe o caráter apenas informativo.

Sobre as disfunções originais e a degradação do modelo do Sistema Tributário Brasileiro ele disse que desde o embate preliminar *realos versus fundis* (Nas décadas de 1980 e 1990, um conflito entre o *Fundis* e o *realos* com o Partido Verde ale-

mão levantou-se. While the *realos*, the group around Joschka Fischer, were in favour of moderate policies and cabinet cooperation, the *fundis* opposed cabinet cooperation. Enquanto os *realos*, o grupo em torno de Joschka Fischer, eram a favor de políticas moderadas e cooperação do gabinete, o *Fundis* fazia oposição à cooperação com o gabinete alemão, sendo defensores ferrenhos do estrito limite de mandatos), à abrangência da reforma, que pela sua demanda acaba provocando a maximização das tensões, ele alerta sobre o descambo para a perigosa via constitucional, que poderá evidenciar uma litigiosidade excessiva, favorecedora de desvios tributário-concorrenciais e do servilismo intelectual. Afinal, é histórica a reação de medo, do homem, às mudanças. E não é diferente para os riscos gerados pelo e para o erário e dos advindos de agentes econômicos. Não podemos ignorar a força das corporações

Numa Reforma tributária, a diversidade das demandas é um vetor de estrangulamento do processo. Um exemplo é a desoneração da folha de pagamento. Maciel destacou que a “excessiva” tributação da folha é um problema a ser priorizado dentro do sistema tributário. “É um absurdo que quanto mais emprego tiver, mais tributo vai ser cobrado”, diz.

A reforma dos entes federativos se funda na Descentralização Fiscal e em um Novo federalismo fiscal. Para os contribuintes, a reforma precisa reduzir a carga tributária e reformar o gasto público, absolutamente fora de controle, aqui e alhures.

Já a reforma dos especialistas preconiza uma grande diversidade de modelos, num enfoque abrangente ou específico e dá ênfase a quatro pilares básicos: competitividade, simplificação, desburocratização e direitos do contribuinte.

“Melhor Tributação para devolver a competitividade à empresa nacional”

Diretor do Departamento de Comércio Exterior da FIESP, Roberto Gianetti da Fonseca

Os principais problemas tributários são a elevada carga tributária, a complexidade para pagamento de tributos e a substituição tributária. Em proposta do Fiesp, são apresentados: tributos cobrados sobre os investimentos; acúmulo de créditos tributários; e guerra fiscal nas importações.

Algumas variáveis que impedem o melhor desenvolvimento da empresa nacional são o câmbio – custo de 9%; a logística – custo de 2%; o capital – custo de 11%; a mão-de-

obra – custo; a tecnologia; e tributação - custo de 65%. Essa análise foi feita pela FIESP que pesquisou 1000 empresas, sendo 450 de grande porte, 238 micro e 312 médias.

Gianetti lembrou que a carga tributária no Brasil é de 35% do PIB, tendo como agravantes ainda, a complexidade pelo pagamento, a substituição tributária, a incidência de tributos sobre investimentos, o acúmulo de créditos e a guerra fiscal nas importações. A queda de investimentos ocorreu: 66,3%, em 2010 e 60,1% em 2011. Em São Paulo, os investimentos em 1998 eram de 48%, em 2006 foi de 35%. Sobre a aquisição de máquinas, em 1998 eram 43%, em 2006 foi de 32%.

Propostas da FIESP:

1. Desoneração de investimentos – deferi-

mento do ICMS nas operações com bens destinados a integração do ativo imobilizado;

2. Acúmulo de Crédito Exportação: 39,2 bilhões (sobre o crédito acumulado incide IRPJ e contribuição social. O governo federal tem que ser o responsável por esta compensação. Hoje para não ocorrer prejuízo para os exportadores o faturamento tem que ser 42,5% do faturamento exportado;

3. Guerra fiscal: Estados com benefício (importações aumentaram em 410,08%) e estados sem o benefício (importações aumentaram em 191,17%), isto significa menos 19 bilhões do PIB, com a evolução da importação de industrializados, significa menos 771 mil empregos(2010) e 859 mil empregos(2015). A medida alternativa está sendo a pro-



posta de 4% para a alíquota interestadual;

Segundo o Diretor, a FIESP busca segurança jurídica para seus investimentos. “Temos que ter regras estáveis, transparentes, uniformização e aprimoramento da relação: estado-contribuinte”, concluiu Gianetti.



Presidente do SINDIFISCAL participou da mesa de trabalhos do Seminário

“A 25 de Janeiro do Ano do Senhor de 1554 celebramos, em paupérrima e estreitíssima casinha, a primeira missa, no dia da conversão do Apóstolo São Paulo, e, por isso, a ele dedicamos nossa casa!”

São Paulo é a cidade brasileira mais influente no cenário global, sendo considerada a 14ª cidade mais globalizada do planeta, recebendo a classificação de cidade global alfa, por parte do Globalization and World Cities Study Group & Network (GaWC).

A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Conta com importantes monumentos, parques e museus, como o Memorial da América Latina, o Museu da Língua Portuguesa, o MASP, o Parque Ibirapuera, o Jardim Botânico de São Paulo e a avenida Paulista, e eventos de grande repercussão, como a Bienal Internacional de Arte, o Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1, São Paulo Fashion Week e a São Paulo Indy 300.

A cidade possui o 10º maior PIB do mundo, representando, isoladamente, 12,26% de todo o PIB brasileiro e 36% de toda a produção de bens e serviços do estado de São Paulo, sendo sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil, além de ter sido responsável por 28% de toda a produção científica nacional em 2005.

São Paulo é a sexta maior cidade do planeta e sua região metropolitana, com 19 223 897 habitantes, é a quarta maior aglomeração urbana do mundo. Regiões muito próximas a São Paulo são também regiões metropolitanas do estado, como Campinas e Baixada Santista; outras cidades próximas compreendem aglomerações urbanas em processo de conurbação, como São José dos Campos, Sorocaba e Jundiaí. A população total dessas áreas somada à da capital – o chamado Complexo Metropolitano Expandido – ultrapassa 29 milhões de habitantes, aproximadamente 75% da população do estado inteiro. As regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo já formam a primeira macrometrópole do hemisfério sul, unindo 65 municípios que juntos abrigam 12% da população brasileira.

O lema da cidade, presente em seu brasão oficial, é constituído pela frase em latim “Non ducor, duco”, cujo significado em português é “Não sou conduzido, conduzo”.





Cidade de todos os Povos

São Paulo é a cidade mais multicultural do Brasil e uma das mais diversas do mundo. Desde 1870, aproximadamente 2,3 milhões de imigrantes chegaram ao estado, vindos de todas as partes do mundo. Atualmente, é a cidade com as maiores populações de origens étnicas italiana, portuguesa, japonesa, espanhola e libanesa fora de seus países respectivos e com o maior contingente de nordestinos fora do Nordeste.

Africanos

A cidade já contava com população afrodescendente no século XIX, mas foi a partir da segunda metade do século XX que a população de origem africana cresceu rapidamente, através da chegada de pessoas de outros estados brasileiros, principalmente da zona litorânea da Bahia.[53] De acordo com o IBGE, em 2005, pelo menos cerca de 30% da população paulistana tinha alguma ascendência africana; isto é, declaravam-se como “pretos” e “pardos”.

Árabes

Uma das colônias mais marcantes da cidade é a de origem árabe. Os libaneses e sírios chegaram em um grande número, entre os anos de 1900 a 1930. Hoje seus descendentes estão totalmente integrados à população brasileira, embora aspectos culturais de origem árabe marcam, até hoje, a cultura da capital paulista.

Restaurantes de comida árabe abundam por toda a cidade, vendendo pratos que já entraram definitivamente na culinária brasileira: quibe, esfíha, charutinho de repolho etc. A rua 25 de Março foi criada pelos árabes, que eram em sua maioria comerciantes.

Asiáticos

A cidade de São Paulo possui o maior número de pessoas que se declaram de origem asiática (amarelos) do Brasil. Cerca de 456 mil pessoas são de origem oriental, dos quais 326 mil são japoneses. A comunidade japonesa da cidade é a maior fora do Japão. Imigrantes vindos do Japão começaram a chegar em 1908, e imigraram em grande número até a década de 1950.

A maior concentração de orientais da cidade está concentrada no distrito da Liberdade. Este distrito de São Paulo possui inúmeros restaurantes japoneses, lojas com peças típicas do Japão e nele veem-se letreiros escritos em japonês e ouve-se muito o idioma. A colônia coreana da cidade também é notável. São mais de 60 mil pessoas de origem

sul-coreana, particularmente concentrados no Bom Retiro, Aclimação e Liberdade. No bairro da Aclimação é possível encontrar diversos restaurantes coreanos, além de locadoras de vídeo e mercearias coreanas. Os chineses são bastante numerosos nos distritos da zona central da cidade, como o Brás e a Liberdade.

Europeus

A comunidade italiana é uma das mais fortes, marcando presença em toda a cidade. Dos dez milhões de habitantes de São Paulo, 60% (seis milhões de pessoas) possuem alguma ascendência italiana. São Paulo tem mais descendentes de italianos que qualquer outra cidade italiana (a maior cidade da Itália é Roma, com 2,5 milhões de habitantes). Ainda hoje, os italianos agrupam-se em bairros como o Bixiga, Brás e Mooca para promover comemorações e festas. No início do século XX, o italiano e seus dialetos eram tão falados quanto o português na cidade, o que influenciou na formação do dialeto paulistano da atualidade. São Paulo é a segunda maior cidade consumidora de pizza do mundo. São seis mil pizzarias produzindo cerca de um milhão de pizzas por dia.

A comunidade portuguesa também é bastante numerosa, e estima-se que três milhões de paulistanos possuem alguma origem em Portugal. A colônia judaica representa mais de 60 mil pessoas em São Paulo e concentra-se principalmente em Higienópolis (presença maior) e no Bom Retiro (presença menor, atualmente). A partir do século XIX, e especialmente durante a primeira metade do século XX, São Paulo recebeu também imigrantes alemães (no atual bairro de Santo Amaro), espanhóis e lituanos (no bairro Vila Zelina). Podemos destacar também a importante comunidade armênia, com suas diversas instituições instaladas, nas proximidades dos bairros Bom Retiro, próximo a Estação Armênia do Metrô, Imirim e Brás. Os armênios fizeram do comércio e da fabricação de calçados, suas principais atividades.

O estado mais “nordestino” do Brasil

A migração de nordestinos para o estado de São Paulo teve início antes da metade do século XIX basicamente fundamentada na industrialização paulista e na diferença do desenvolvimento dos estados.



Décadas de 60 a 80



Décadas de 80 a 90



Década de 1990



Economia de grande País

Objeto de admiração e estudo permanente, São Paulo tem liderado, ao longo dos anos, a economia nacional. O estudo abaixo, de autoria de André do Canto Silva, mostra bem o porquê:

Indústria

Na grande São Paulo localiza-se as grandes montadoras de veículos, indústria química e de autopeças. Na capital e em algumas cidades do interior, como Sorocaba, Americana, Ribeirão Preto destaca-se a indústria têxtil.

Ao lado dos pólos de desenvolvimento da agropecuária, desenvolveu-se a indústria da alimentação. Por exemplo: usina de refinação de açúcar e moagem de café, na região de Ribeirão Preto, e grandes frigoríficos na região de Araçatuba.

Com a concentração e o aumento das indústrias, ocorreu também a organização dos trabalhadores em sindicatos. Eles se estruturaram e se fortaleceram a partir de 1979, principalmente na região do ABCD, na grande São Paulo.

O café promoveu o desenvolvimento de São Paulo, estimulada pela riqueza cafeeira, a indústria começou a se desenvolver no estado. A indústria é a consequente ampliação do mercado consumidor. São Paulo se transformou no estado mais desenvolvido e industrializado do país.

A indústria, na grande São Paulo, já se faz presente no interior. Cidades médias e pequenas possuem suas próprias indústrias, o que tem dado um grande dinamismo do interior paulista.

São Paulo não deixa de ser, porém, o pólo econômico de maior potencial do país. Forma-se a vanguarda da industrialização e da modernidade brasileira.

Atualmente detém o maior parque industrial brasileiro.



A agricultura consiste no trabalho de preparar a terra, plantar e colher. A agricultura em nosso estado é uma das mais importantes do país. Ela apresenta uma variedade enorme de culturas e a produção é muito grande.

Os principais produtos agrícolas cultivados no estado são: café, arroz, amendoim, cana-de-açúcar, milho, frutas, soja, legumes e verduras. O café é ainda o produto mais importado da nossa agricultura. Atualmente, o estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. A finalidade de cultura de cana-de-açúcar é a fabricação de açúcar e de álcool.

Vários municípios do estado se dedicam à fruticultura, isto é, à cultura de frutas. As principais

frutas cultivadas são: laranja, uva, pêssego, figo, limão, melancia, abacaxi, banana, mamão, morango etc.

Com a cultura de algodão, amendoim, soja e milho desenvolveram-se na indústria de óleos comestíveis.

Na maioria dos municípios paulistas há as Casas da Agricultura, cuja finalidade é orientar os agricultores.

Além disso, São Paulo ocupa o 1º lugar na utilização de tratores na agricultura, mais do que todos os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntos. Isso demonstra não só a importância, mas o avanço e a mecanização da agricultura paulista.

Comércio

O estado de São Paulo é um estado do Brasil onde o comércio (tanto interno, como externo) é mais intenso. O principal produto exportado é o café. Nosso estado localiza-se o porto de Santos, que é o principal porto de exportação do país.

Exportação - café; produtos têxteis; alimentícios e metalúrgicos; maquinarias; cimento; algodão; açúcar; milho; óleo; soja; frutas etc.

Importação - combustível; produtos químicos e

farmacêuticos; fertilizantes; trigo etc.

O maior centro comercial do estado é São Paulo. Há também outros grandes centros comerciais, tais como a região do ABCD (Santo André, São Bernardo do campo, São Caetano do Sul, e Diadema), as cidades de Guarulhos, Osasco, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Piracicaba, Jundiaí, São José do Rio Preto, Mogi Das Cruzes, Bauru, Presidente Prudente, Araguaçara e etc.

Agricultura



Pecuária

A pecuária consiste na criação de animais com fins econômicos. Abrange, principalmente, as seguintes criações: bovinos, suínos, ovinos e caprinos.

A criação de gado bovino pode ser: de gado se corte, que é criador e engordado com finalidade de fornecer carne para a nossa alimentação e para as indústrias.

No estado de São Paulo, essa criação está muito desenvolvida no planalto ocidental, principalmente nas regiões de Andradina, Araçatuba, Barretos São José do Rio Preto, Presidente Prudente etc. De gado leiteiro, que é criado com a finalidade de fornecer leite para consumo e para as indústrias de laticínios.

A criação de gado leiteiro é feita na vale do Paraíba e nos municípios de Campinas, Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Mococa, Franca, Porto Ferreira. Suinocultura é a criação de gado suíno com a finalidade de produzir carnes, toucinho, banha e couro para o consumo e para as indústrias.

A criação de suínos é feita em muitos municípios paulistas. Existem frigoríficos que compram o gado dos criadores, distribuindo a carne aos açougues.

Há no estado de São Paulo grandes fazendeiros de criação de animais. São fazendas modernas, com máquinas que, hoje, fazem boa parte do trabalho de homem.



A Epidemia do Crack

Muitos são os problemas que incomodam a sociedade brasileira. A falta de leitos em hospitais, superlotação nos presídios, insegurança, impostos exorbitantes, dentre outros. Mas o câncer social hoje é a chamada “epidemia do crack/oxi”.

A droga surgiu nos Estados Unidos, na década de 80, sendo difundida entre as comunidades mais pobres. Chegou às periferias dos grandes centros urbanos do Brasil na década de 90. Hoje está em todos os lugares, atingindo todas as faixas etárias e classes sociais.

O crack é uma pedra composta por sobras do refinamento da cocaína, ácido bórico e bicarbonato de sódio, produzida em laboratórios clandestinos. É fumado em cachimbo e a fumaça é aspirada. Demora apenas 10 segundos para chegar ao cérebro, 10 minutos para fazer efeito. O mais grave: torna o usuário dependente desde o primeiro dia do consumo. Em questão de dias ele se torna prisioneiro – vitimando também seus familiares.

A “epidemia do crack/oxi” é hoje um gravíssimo problema social. Chegou-se a pensar no crack, e mais recentemente no oxi, como mera questão de segurança pública. Trata-se de verdade apenas relativa. Essas drogas são, hoje, também, questão

de saúde pública de difícil solução.

Vale ressaltar que o que diferencia o crack das outras drogas é a força com que ele subordina, submete o usuário. O consumo intenso torna a pessoa cada vez mais dependente, e a cada dia num estágio maior de dependência.

Nos últimos meses fomos surpreendidos pela notícia do surgimento de uma nova droga, o oxi, que nos aparenta ser mais destruidora que o crack. Considerado por especialistas em dependência química como a versão pirata do crack, o oxi é mais agressivo ao sistema respiratório, fígado e rins, por possuir combustível e cal virgem em sua composição.

Pesquisas apontam que o dependente sente a necessidade de fumar a droga, tanto o crack quanto o oxi, de 20 a 30 vezes por dia. E, se considerarmos que a pedra custa em torno de R\$ 10,00 a unidade, a despesa com a dependência é de, no mínimo, R\$ 200 por dia. Cerca de R\$ 6 mil por mês. Surge daí a estreita ligação entre o uso/consumo da droga e a criminalidade.

Para suprir a vontade de consumir a droga, qualquer atitude é tomada, independente das conseqüências. Atualmente mais de 70% dos crimes contra a vida e o patrimônio estão diretamente ligados ao uso/tráfego de droga.

Muito já têm demonstrado preocupação com o problema,

mas, muitas vezes, não sabem como agir. Diversas iniciativas são implementadas de forma isolada, o que permite a não-continuidade das ações que, por isso mesmo, acabam se tornando frágeis.

Para enfrentar esse câncer social, ações conjuntas e mais enérgicas precisam ser assumidas pelos que defendem e lutam pela melhoria das oportunidades para os jovens. Não apenas o poder público, mas também a sociedade civil organizada.

O controle do consumo de crack/oxi envolve três eixos convergentes: prevenção, repressão e recuperação. A polícia capixaba tem feito de forma muito eficiente o trabalho repressivo. O tratamento e a recuperação também têm sido oferecidos por instituições públicas e privadas.

O grande desafio, portanto, é encararmos com determinação a adoção de ações preventivas, implementando-as com força e vontade. O envolvimento das igrejas e a estrutura familiar são fundamentais nesse processo.

É muito mais fácil - e eficiente - fecharmos a porta de entrada. Precisamos oferecer opções saudáveis de oportunidade aos nossos jovens. Muitas vezes a busca pela independência, aliada ao desafio de experimentar coisas novas, tem feito com que as crianças entrem cada vez mais cedo no mundo das drogas, fato extremamente

preocupante.

Precisamos incutir com firmeza na mente de crianças e adolescentes que essa questão não pode ser tratada como modismo, como fator de aceitação social. Tem que haver repulsa, repúdio geral.

Diante dessa triste realidade cabe perguntar: o que leva uma pessoa, criança, especialmente, a usar drogas? Os motivos mais comuns são a influência dos amigos, o desejo de fuga, a necessidade de estímulo para tomar decisão, a dificuldade de enfrentar situações difíceis, servir de estimulante. Repito: envolver a família no processo de conscientização para o mal das drogas é indispensável.

Precisamos resgatar os valores tradicionais. Para isso é necessário o envolvimento também das instituições de ensino, igrejas, sociedade civil organizada, entre outros. Um grande compromisso nacional de prevenção às drogas é fundamental.

Como presidente da Comissão de Política Antidrogas da Assembleia Legislativa tenho trabalhado, ao lado de companheiros deputados, para que possamos legislar



em prol das boas iniciativas. Estamos desenvolvendo, em parceria com a Rede Gazeta de Comunicação, o Projeto Pacto Pela Paz Contra o Crack, que objetiva justamente sistematizar ações de prevenção às drogas.

À partir da necessidade de encontramos soluções para a violência, vamos colocar em prática essa importante iniciativa que vai unir a sociedade em torno de políticas públicas de prevenção à violência. Boas iniciativas como essa precisam ser exploradas.

Caso contrário, não teremos clínicas de recuperação e presídios que bastem. E o pior: vamos continuar gastando mais com a segurança pública do que com a educação e a saúde de nosso povo.

Rodney Miranda - Delegado da Polícia Federal, Deputado Estadual e presidente da Comissão de Política Antidrogas.



Código Florestal: Voto do equilíbrio

mental nas áreas de fomento creditício, assistência, pesquisa e extensão rural para garantir a sobrevivência de suas famílias e colocar comida farta e de qualidade na mesa dos brasileiros. A agricultura familiar responde por 60% da produção nacional.

Na Câmara houve consenso em torno de 98% das propostas. Os dois pontos essenciais divergentes foram a anistia aos desmatadores que não estava prevista no substitutivo do relator Aldo Rebelo (emenda 186) e a possibilidade de delegar aos Estados a regulamentação ambiental.

Na linha do bom senso votei favorável à Emenda 186 que em seu artigo 33 prevê que todos estão obrigados a se inscrever no PRA – Pro-

grama de Regularização Ambiental -, e a adesão tem que ocorrer no prazo de 1 ano a contar da implementação do CAR – Cadastro Ambiental Rural, sem prorrogação. Até a implementação as multas relativas às sanções decorrentes de infrações ocorridas antes de 2008 (áreas consolidadas) estão suspensas. As que ocorreram depois, estão mantidas. Após a implementação do CAR as multas devem ser convertidas para Serviços de Preservação, Melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Outro ponto da discórdia e que teve meu voto contrário, inclusive me opus à orientação da Liderança de Bancada do meu partido - foi a Emenda 164, do PMDB, que alterou a redação do art. 8º do substitutivo de relator

Aldo Rebelo prevendo apenas que a existência de intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP) deve ser informada no CAR para fins de monitoramento, além de determinar que devem ser adotadas técnicas de conservação do solo e água para minimizar eventuais impactos.

Ou seja, na verdade, a anistia a desmatadores que cometeram ilícitos depois de 2008 ocorre na Emenda 164, do PMDB, contra a qual votei contra e não no substitutivo do deputado Aldo Rebelo, que votei favoravelmente pelas razões expostas anteriormente.

A Emenda 164 traz um outro agravante, pois abre a possibilidade para o uso de APPs para qualquer tipo de

atividade econômica. Defendemos o uso racional da vegetação nativa de APP por pequeno produtor rural (seringueiras, pupunha, etc), mas desmatar APP para atividade de turismo (construção de pousadas, por exemplo), ecoturismo e outras não previstas textualmente, é uma temeridade.

Tenho convicção que foi dado um primeiro passo para estabelecermos a lógica do preservar produzindo e do produzir preservando. Vamos torcer para que ocorram novos avanços no sentido que a nossa riqueza hídrica, vegetal, animal e mineral seja entendida como um fator de progresso social e econômico sustentável.

César Colnago Médico, Deputado Federal

“Estado vai perder até R\$ 3 bilhões”

“Essa é a maior ameaça desde 1534 (quando o donatário Vasco Fernandes Coutinho chegou ao Estado)”. O alerta foi feito pelo deputado Luciano Rezende (PPS), na sessão ordinária, de 09 de maio de 2011, da Assembleia. Ele lembrou que decisões que serão tomadas pelo governo federal podem levar o Estado a perder até R\$ 3 bilhões por ano.

O parlamentar iniciou a discussão, que logo foi acompanhada por outros deputados. Segundo Rezende, o Estado está sendo ameaçado de três formas: com o fim do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), com a derrubada do veto presidencial ao projeto que prevê divisão dos royalties do petróleo e com a redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

“Estamos perdendo algo em torno de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões. Isso é uma perda enorme para o Espírito Santo, com risco de não conseguirmos resolver os problemas de infraestrutura”, contou.

Ele destacou que para tentar minimizar os impactos negativos das medidas é preciso a união entre os poderes e a sociedade.

O deputado Theodorico Ferreira (DEM) lembrou que, além da questão dos royalties, o Estado também sofre com a ameaça de extinção do Fundap. Incentivos concedidos por outros Estados foram questionados e a Justiça vem extinguindo, acatando as ações.

O Fundap é um mecanismo de incentivos financeiros que visa incrementar as operações de comércio exterior através do sistema portuário capixaba. Proporciona a restituição de uma parcela da operação na forma de financiamento para aplicação em novos projetos ou na expansão das atividades da empresa.

O democrata também fez questão de debater o assunto, principalmente o relacionado à apreciação pelo Congresso do veto presidencial sobre os royalties. “Se o veto não continuar, o Espírito Santo vai passar por um período de sangue, suor e lágrimas”.

Com experiência de mais de 16 anos no Congresso, o deputado estadual Nilton Baiano (PP) também fez um alerta e se mostrou pessimista. “Eu espero que esteja errado, mas eu acho que os parlamentares vão derrubar o veto do ex presidente

Lula”, opinou o progressista.

O presidente da Casa, deputado Rodrigo Chamoun (PSB), classificou como “um atentado tributário” não só o projeto de redistribuição dos royalties, mas também a ameaça de mudança no Fundo de Participações dos Municípios. “Em toda a história do Espírito Santo, nunca estivemos perto de uma ameaça tão grande à nossa economia”.

Chamoun opinou que é preciso inserir a Assembleia nesse debate, incentivando, inclusive, a união de mais Casas Legislativas estaduais do país. Salientou que há uma visível queda da competitividade na indústria nacional, mas os Estados não são responsáveis por isso. Pelo contrário, vêm investindo no processo de industrialização.

O deputado Luciano Rezende (PPS) lembrou que o Espírito Santo por 300 anos foi apenas uma faixa de floresta, que por decreto imperial não podia ser tocada, para proteger Minas Gerais. Após, experimentou ciclos de desenvolvimento que começou com o café.

Agora, está em curso um movimento que pode comprometer o desenvolvimento do

Estado, disse, lembrando que um Estado produtor de petróleo paga o custo social da exploração, o custo estrutural e, principalmente, o ambiental.

Luciano Rezende anotou que o Espírito Santo vem crescendo 5,5% ao ano, mais que a média nacional de 4,5%. Caso o Fundap seja extinto, somente a cidade de Vitória vai deixar de receber 100 milhões por ano, calculou, acrescentando que o Fundap gera 128 mil empregos.

O deputado ressaltou que uma janela de oportunidade, criada com a reconstituição administrativa e política do Espírito Santo, corre grande risco. “Não é uma ameaça qualquer, mas a maior da história do Estado. É preciso agir rápido.



Estamos falando da perda de R\$ 3,5 bilhões por ano, juntando Fundap e os recursos dos royalties”, disse.

AS AMEAÇAS

FUNDAP: o fim do fundo causará perda

- de R\$ 500 milhões e compromete 40 municípios. O Fundap é um incentivo à importação.
- ROYALTIES: a derrubada do veto ao projeto de divisão dos royalties pode causar perda superior a R\$ 1 bilhão.

- FPE: o fundo representa perda de até R\$ 700 milhões. O FPE é um repasse da União ao Estado para investimentos e custeio.

Fonte: Jornal A Tribuna e site da Assembleia Legislativa do ES

Saúde do Fisco

Doenças de inverno



Época fria chegando e com ela as famosas doenças de inverno. A mudança brusca de temperatura e a pouca circulação de ventos nos ambientes, por causa do frio, são as causas de muitas doenças, principalmente as virais e respiratórias.

Entram em cena a gripe, resfriado, pneumonia, conjuntivite, meningite bacteriana, asma, rinite, bronquite, sinusite e laringite. Alérgicas e virais, essas doenças aparecem em grande parte da população nesta época do ano, e elas podem ser evitadas. A forma é simples, e praticamente vale para todas: beber bastante água, lavar as mãos constantemente, evitar contato direto com pessoas infectadas e lugares fechados sem circulação de ar; além de se agasalhar bem ao sair de casa.

A causa da proliferação das doenças de inverno não é só o

frio. Mudanças de hábito decorrentes dele também favorecem os problemas respiratórios. No inverno as pessoas bebem bem menos líquido, porque não sentem sede, já que transpiram menos. Porém o organismo continua precisando da mesma quantidade de água, importante para controlar a circulação sanguínea, composição das células, músculos e respiração.

A hidratação também é importante para manter as mucosas úmidas e auxiliar na barreira que elas criam contra os micro-organismos. Para ajudar nisso, vale também usar soro fisiológico nos olhos e no nariz. Outra dica importante é diminuir o tempo do banho, não deve levar mais de 20 minutos, na temperatura entre 29° a 37°, não adianta compensar a falta de água no banho!

DOENÇA	CAUSAS	SINTOMAS	EXISTE VACINA?
Gripe	Pela contaminação do vírus influenza.	Febre alta, dores musculares, tosse, dor na garganta, dor de cabeça, coriza, irritação nos olhos e ouvidos.	Sim. Com 70% e 80% de eficácia.
Rinite	Pela contaminação do adenovírus.	Febre baixa, dor de cabeça, congestão nasal, coriza, espirros e rouquidão.	Não existe vacina.
Pneumonia	É uma infecção nos pulmões causada por vírus ou bactérias. Pode surgir após uma gripe, devido à baixa imunidade do organismo.	-	Não existe vacina.
Meningite bacteriana	É a inflamação das meninges, causada pelas bactérias meningococo ou pneumococo. Algumas vivem no sistema respiratório humano, sem causar danos. Mas há aquelas que invadem o sistema respiratório, atingindo o sangue e chegando ao cérebro, nas meninges, onde se instalam.	Febre, dor de cabeça, rigidez do pescoço (dói muito quando se tenta encostar o queixo no peito), dor de garganta e vômitos.	Contra meningococo e pneumococo são gratuitas para crianças de até 2 anos de idade na rede pública.
Asma	É uma doença inflamatória crônica, causada pela hiperatividade dos brônquios. Acontece em indivíduos que têm disposição genética para a enfermidade.	Tosse, chiado, aperto no peito e dificuldade para respirar.	Há medicações que diminuem hiperatividade dos brônquios.
Rinite	É uma inflamação no nariz.	Provoca a produção de muco, escorrimento nasal, dor de cabeça, espirros, ardor nos olhos, nariz e boca.	Não existe vacina.
Bronquite	Inflamação nos brônquios (canais que conduzem o ar das traqueias aos alvéolos pulmonares).	Tosse seca, mal-estar, secreção nasal, dores no peito e costelas.	Não existe vacina.
Sinusite	Inflamação nos seios da face.	Dor de cabeça, sensação de pressão no rosto, obstrução nasal, secreção amarela ou esverdeada, dificuldade na respiração, febre, cansaço, tosse, dores musculares e perda de apetite.	Não existe vacina.
Faringite	Inflamação na faringe (na garganta, entre as amígdalas e a laringe).	Dor na garganta, rouquidão, febre, pus e vermelhidão na garganta, feridas na faringe ou nas amígdalas, náuseas, dor de ouvido, gânglios da região do pescoço aumentados e doloridos.	Não existe vacina.
Laringite	Inflamação na laringe (logo abaixo da garganta, liga a faringe à traqueia, onde se localizam as cordas vocais).	Rouquidão, ou até a perda da voz, dor, febre, mal-estar, dificuldade em engolir, dificuldade para respirar.	Não existe vacina.

Fonte: Médicos entrevistados

MAIS QUE ARTE, LIÇÃO

“Saiba viver eternamente buscando estudar e aprender coisas úteis e proveitosas para você e o próximo. Quando paramos de aprender e de progredir, começamos a morrer realmente. Aprenda o máximo que puder em todos os campos do saber. Aproveite bem seus minutos para aprender e aumentar seus conhecimentos”, Antonio Vieira Sampaio, o Toninho Natural.

A arte veio da necessidade para esse nativo da Barra de Jucú, um reduto e tributo à paz e ao bom viver, situado em Vila Velha – Espírito Santo.

Pedreiro de profissão, de um erro veio um jarro (sugestão da irmã) e nele nasceu a flor, germinada do cimento. Esse foi o começo de um dos encantos da Barra. Os traba-

lhos de Toninho, o “natural” alegram e registram as tradições do local.

Casado, pai de dois filhos, Natural tirou do “aperto” o sustentáculo que manteve e mantém a família, com dignidade. Fez da sua casa o seu “ateliê”, num misto de rusticidade (dado pelos materiais de demolição) e perfeito aconchego criativo. Com isso, ele consegue transmitir a quem se “achega” a tranquilidade de lar, como poucos.

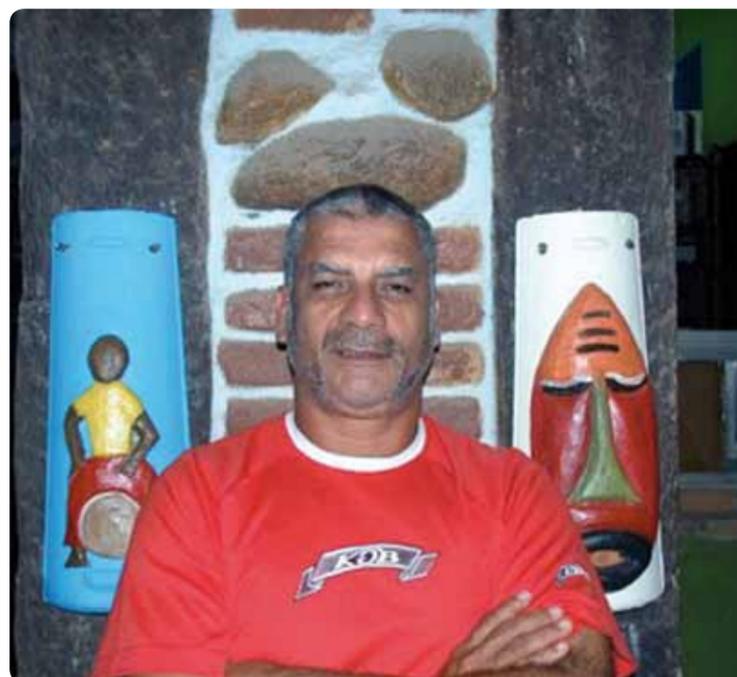
Sua primeira e permanente vitrine: os postes da Barra, caindo no gosto dos moradores e encantando turistas. Os trabalhos se espalharam pela Grande Vitória e até no Distrito Federal.

São mais de mil trabalhos ornando muros, ambientando os

mais diversos ambientes internos e externos, creches e escolas, sua lanchonete o “Point Mais Natural” e... os postes da Barra.

O primitivismo criativo aflora do artista nos detalhes, nos materiais utilizados e chama a atenção pela vida que transmite, pelo movimento. A revista TRIP - www.revistatrip.uol.com.br – registrou em reportagem de Heitor Reali e fotos de sua esposa Silvia, a trajetória de Natural, o que lhe foi de grande incentivo. Quem sabe, seus trabalhos não vão um dia complementar aquele cômodo, o cantinho da leitura ou o do lazer, de sua casa? Apartamento também vale!

Contato: (27) 9816 - 3094
artes.natural@gmail.com
 Facebook: Toninho Natural



Confira algumas de suas obras



AGO 2011: você participa, a Coopfisco cresce

Os 56 cooperados que participaram da AGO, dia 26/04, conheceram as principais realizações, desafios e, os resultados alcançados pela Cooperativa. A prestação de contas do Conselho de Administração, realizada pelo diretor presidente Jocimar Pessi Galter foi endossada pelo parecer do Conselho Fiscal e recebeu uma Opinião sem Reserva da empresa de auditoria Externa DW Audit.

Eleição novo Conselho Fiscal

O novo Conselho Fiscal Coopfisco também foi votado e eleito durante a AGO 2011. O processo eleitoral contou com 10 candidatos e a comissão eleitoral foi presidida pela Dra. Sandra Maria Pes-

sanha. Os titulares eleitos foram: Airton da Fonseca Castello, Jaques Baiense e Joel Barcelos Serrano. Para suplentes, foram eleitos: Jurema Magalhães, Cleoni Rizzo Secomandi e Romário Lopes de Brito.

Plano de Trabalho 2011

Após eleição o Plano de Trabalho 2011 foi apresentado. Dentre as ações previstas para o ano, o diretor presidente destacou a realização do 1º Encontro das mulheres Coopfisco, planejado para outubro e o 1º Encontro Cooperado Região Sul, agendado para novembro. Os eventos contarão com cursos, palestras e atrações que visam promover o cooperativismo e a integração.



Coopfisco integra Conselho de Ética OCB-SESCOOP/ES



No dia 30/5 a Coopfisco, representada pelo diretor presidente Jocimar Pessi Galter, tornou-se integrante do Conselho de Ética OCB-SESCOOP/ES. A posse ocorreu durante o evento realizado, no MS Buffet, para posse solene dos Conselheiros do Sistema OCB-SESCOOP/ES e lançamento da FRESCOOP Estadual. Participaram da solenidade o Exmo. Governador do Estado Espírito Santo, Renato Casagrande, o Presidente do Sistema OCB/SESCOOP/CNCOOP, Dr. Márcio Lopes de Freitas, a Senadora Ana Rita, além de diversos Secretários e Parlamentares Federais e Estaduais.

Sobras 2010.
Bons ventos. Bons resultados.

A Coopfisco encerrou o ano de 2010 com R\$ 313.622,68 em Sobras Líquidas e distribuiu entre os cooperados 50% desse valor (integralizados ao Capital).

Para participar do rateio das sobras, no ano que vem, basta utilizar os serviços da Cooperativa.

Conheça nossos serviços.

Acesse www.coopfisco.org.br ou ligue 27 3200-3989.

Av. João Batista Parra 673, loja 01, Ed. Enseada Tower-Praia do Suá

Vitória/ES - CEP: 29.052-123. Ouvidoria Geral: 0800-2853939

COOPFISCO

Balancete Janeiro 2011

Saldo anterior	
Caixa	8.753,15
Banestes Cta 1.702.554	50.050,65
Banestes Cta 6.193.023	80.664,31
Aplicação Coopfisco	344.203,53
TOTAL	483.671,64
RECEITA OPERACIONAL	
RECEITA EFETIVA	
Ativos (Janeiro)	-
Outras Receitas	1.616,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.949,36
Receita C/Associados	3.451,87
TOTAL	8.017,23
IMOBILIZADO	
Móveis e Utensílios	-
Instalações	-
TOTAL	-
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	
I.N.S.S.	9.659,13
I.N.S.S. S/NFS	-
F.G.T.S.	3.796,00
TOTAL	13.455,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS	
IRRF S/Salários	4.544,86
IRRF S/NFS	149,63
PIS S/Salários	474,50
ISS S/ Serviços	-
PIS/COFINS/CSLL	695,78
TOTAL	5.864,77

DESpesas C/PESSOAL	
Assistência Médica	1.636,35
Despesas C/Estagiários	1.182,50
Salários	14.146,26
Vale Transporte	1.305,86
Vale Refeição	6.796,90
TOTAL	25.067,87

Serviços Prestados Terceiros	
Serviços Prestados Assist. Contábil	1.060,00
Serviços Manutenção Sede Social	12.305,51
TOTAL	13.365,51

DESpesas ADMINISTRATIVAS	
Aluguel	420,00
Acesso a Internet	19,93
Água e Saneamento	645,04
Assinatura Sky	183,70
13º Salário.	-
Brindes	-
Combustível	3.405,74
Condução	58,93
Condomínio	2.562,64
Contribuição Sindical	-
Contribuição Fenafisco	142,22
Cópias e Autenticações	38,78
Correios	2.793,50
Cursos e Instruções	504,80
Despesas C/Estacionamento	697,50
Despesas C/Graficas	1.200,00
Despesas Diversas	500,00
Despesas C/Veiculos	735,05
Energia	3.327,53
Festividades e Confraternizações	-
Instalações	11.412,87
Impostos e Taxas	92,50

Jornais e Revistas	330,36
Limpeza / Conservação	220,00
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	4.488,01
Material de Higiene e Limpeza	248,15
Material de Consumo	507,73
Material de Escritório	1.005,97
Material Fotográfico	155,00
Móveis e Utensílios	1.554,00
Pedágio	107,10
Refeições e Lanches	321,42
Reembolso Despesas	-
Repasse Coopfisco	1.024,02
Propaganda e Publicidade	6.026,96
Parcelamento FGTS/Impostos/CONAD	-
Seguros	347,13
Telefone	2.274,39
Viagens e Hospedagens/Passagens	1.078,20
TOTAL	48.429,17

DESpesas FINANCEIRAS	
Despesas Bancárias	317,94
Despesas Financeiras	-
TOTAL	317,94

Saldo Banco/Caixa	
Caixa	14.491,45
Banestes Cta 1.702.554	23.145,90
Banestes Cta 6.193.023	398,24
Aplicação Coopfisco	347.152,89
TOTAL	385.188,48
TOTAL	491.688,87

Balancete Fevereiro 2011

Saldo anterior	
SALDO ANTERIOR	
Caixa	14.432,79
Banestes Cta 1.702.554	23.145,90
Banestes Cta 6.193.023	398,24
Aplicação Coopfisco	347.152,89
TOTAL	385.129,82
RECEITA OPERACIONAL	
RECEITA EFETIVA	
Ativos (Fevereiro)	111.545,00
Outras Receitas	924,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.231,04
Receita C/Associados	4.096,07
TOTAL	119.796,11
IMOBILIZADO	
Móveis e Utensílios	-
Instalações	-
TOTAL	-
DESpesas ADMINSTRATIVAS DE VITÓRIA	
Acesso a Internet	319,37
Assistência Contábil	1.060,00
Assinatura Sky	-
13º Salário.	-
Brindes	-
Combustível	1.856,43
Condomínio	2.579,87
Contribuição Sindical	-
Contribuição Fenafisco	4.868,51
Cópias e Autenticações	-
Correios	185,00
Cursos e Instruções	504,78
Despesas Bancárias	538,63
Despesas Diversas	765,79
Despesas C/Estacionamento	22,00
Despesas C/Estagiários	1.073,00
Despesas C/Graficas	1.200,00

Despesas C/Veiculos	
Energia	170,07
F.G.T.S.	2.009,31
Festividades e Confraternizações	-
Férias	11.116,21
I.N.S.S.	8.120,65
I.N.S.S. S/NFS	1.797,40
I.R.R.F. S/Salários	2.245,08
I.R.R.F. S/NFS	163,40
I.S.S.	748,15
PIS/COFINS/CSLL	759,81
Impostos e Taxas	-
Instalações	2.483,00
Jornais e Revistas	732,68
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	3.861,52
Máquinas e Equipamentos	400,00
Material de Higiene e Limpeza	-
Material de Consumo	241,45
Material de Escritório	679,71
Material Fotográfico	-
Plano de Saúde - Assistência Médica	2.214,24
Pis S/Folha de Pagamento	251,16
SUB TOTAL	52.967,22
Pedágio	6,80
Parcelamento FGTS/Impostos/CONAD	47,50
Propaganda e Publicidade	5.140,00
Refeições e Lanches	328,06
Reembolso de Despesas	-
Repasse Coopfisco	1.024,02
Seguros	347,13
Salários	19.322,81
Serviços Prestados - PJ	-
Telefone	1.786,50
Uniformes e Acessórios	2.500,00
Vale Refeição	6.409,85
Vale Transporte	391,60
Viagens e Hospedagens / Passagens	2.320,84
TOTAL	92.592,33

Instalações	
Manutenção Máquinas e Equipamentos	120,00
Material Higiene e Limpeza	45,00
Serviços de Manutenção Sede Social	13.993,43
Telefone	274,82
TOTAL	17.580,68

DESpesas SUBSEDE ORDEM - CACHOEIRO	
Aluguel	420,00
Condomínio	43,00
Combustível	191,00
Condução	-
Energia	512,04
Instalações	7.760,00
Jornais e Revistas	42,68
Limpeza / Conservação	50,00
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	-
Material de Consumo	189,25
Material de Escritório	17,20
Material de Higiene/Limpeza	-
Plano de Saúde	92,48
Telefone	323,10
Vale Transporte	88,00
Viagens e Estadas	557,93
SUBTOTAL	10.286,68

Telefone	
Reembolso Despesa	-
Refeições	-
Vale Transporte	-
Viagens e Estadas	-
TOTAL	10.286,68

Saldo Banco/Caixa	
Caixa	13.210,44
Banestes Cta 1.702.554	20.292,02
Banestes Cta 6.193.023	579,85
Aplicação Coopfisco	350.383,93
TOTAL	384.466,24
TOTAL	504.925,93

Aconteceu há cinco anos

No Sindifiscal

Vitória do Fisco Capixaba

Em 27 de junho de 2006, é aprovado o Projeto de Lei nº 131/06 de autoria do Governo do Estado que cria o Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ, aprovado na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Futura sede do Sindifiscal-ES é comprada

No mês de junho de 2006 é adquirida as salas no Edifício Global Tower, onde está localizado o Sindifiscal-ES atualmente.

No Brasil

Morre Dante de Oliveira, relator das "Diretas Já"

O ex-governador de Mato Grosso e candidato a deputado federal pelo PSDB, Dante de Oliveira, 54 anos, em Cuiabá, no dia 7 de junho de 2006. Dante foi o relator da emenda que propôs eleição direta para a Presidência da República, apresentada ao Congresso Nacional em 1983.

No Brasil

Atentados do PCC paralisam maior cidade do país

No dia 12 de maio de 2006, iniciava-se em São Paulo a maior onda de violência já promovida no Brasil por uma facção criminosa, o PCC (Primeiro Comando da Capital). Em oito dias, o governo de São Paulo contou 373 ataques. Oficialmente, 154 pessoas morreram, sendo 24 policiais militares, 11 policiais civis, nove agentes penitenciários e 110 cidadãos - 79 deles suspeitos de ligação com o PCC.

No Estado

Espírito Santo Registra 5º lugar no Índice de Desenvolvimento Infantil

A UNICEF parabeniza o estado do Espírito Santo que registrou, em agosto de 2006, o quinto melhor Índice de Desenvolvimento Infantil - IDI - entre as unidades da federação.

No Mundo

Terremoto mata 4.600 na Indonésia

28 de maio de 2006
Tremor na ilha de Java, na Indonésia, deixou cerca de 20 mil pessoas feridas e mais de 100 mil desabrigadas. Foi o terceiro terremoto forte na região em 18 meses, o pior deles no fim de 2004, provocou o tsunami deixando cerca de 170 mil mortos e desaparecidos. A reincidência do fenômeno ocorre no país porque está no chamado "Anel de Fogo" do Pacífico, marcado por alta atividade vulcânica e tectônica.

Plutão é "rebaixado" e perde condição de planeta

24 de agosto de 2006
Após longas e intensas controvérsias, uma votação da Assembléia Geral da União Astronômica Internacional decidiu reduzir de nove para oito o número de planetas do sistema solar, "rebaixando" Plutão. Desde que foi descoberto, há 76 anos, o planeta é objeto de polêmica. Seu tamanho, por exemplo, tem sido sucessivamente revisto -para baixo- pelos cientistas. Acredita-se que tenha um diâmetro de 2.300 km

Quinta-feira é dia de Happy Hour

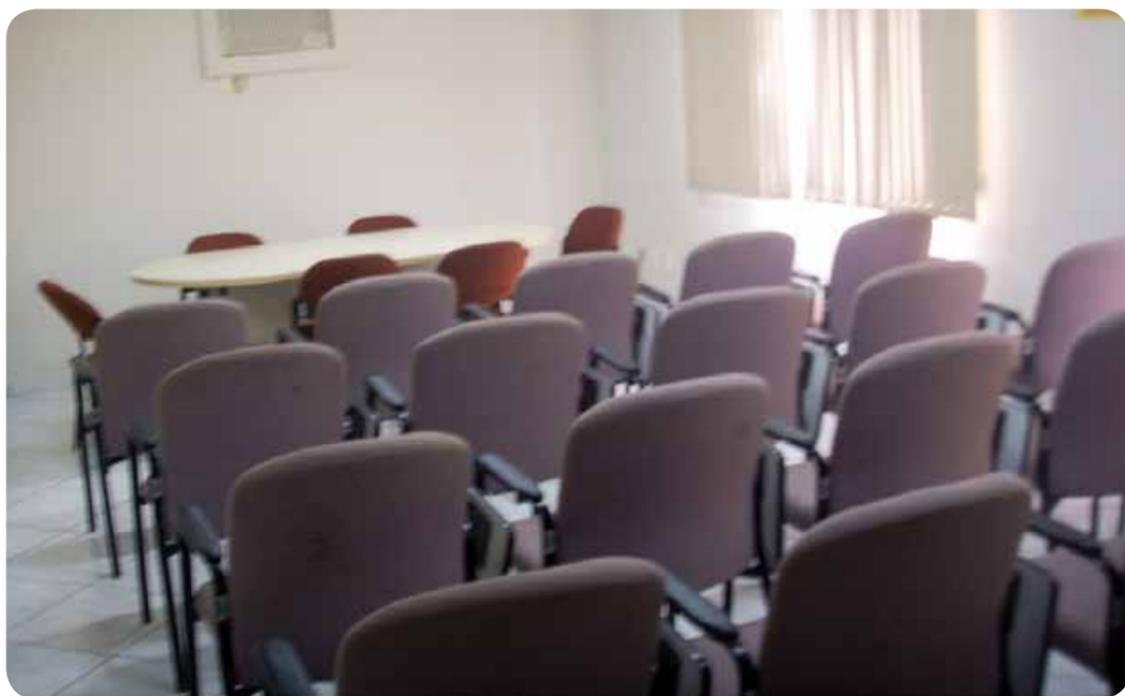
O último Happy Hour (26/05) foi especial. O colega Joel Serrano, Diretor de Aposentados e Pensionistas do Sindifiscal-ES, comemorou seu aniversário na companhia de amigos e familiares. A animação foi embalada pela voz e violão de Marcus Macedo e Leca no comando da percussão. Parabéns Joel, camisa 10 da Seleção do Fisco!



O Happy Hour acontece toda última quinta-feira do mês na Sede Social de Vila Velha. Sempre com uma atração musical diferente. Participe!

Novidades na Sede Social de Vila Velha

A Sede Social de Vila Velha agora dispõe de um auditório com capacidade para 30 pessoas. O local está equipado para receber encontros, palestras, treinamentos e outros eventos. Agendamento e valores de locação devem ser solicitados diretamente ao gerente Airton Castelo nos telefones 3389-3534 ou 3063-5534.



FALECIMENTO

É com grande pesar que comunicamos o falecimento de:

JOSÉ FRANCISCO DE ANDRADE, pai do colega Francisco Costa de Andrade, em 25/03/2011.
ELIAS BRIDI, pai do colega Eliseu Bridi, em 14/04/2011

Classifisco

Tá estressado, o corpo está ruim?
Faça uma massagem! Massoterapia profissional!
Atendemos em domicílio, empresas e hotéis.
Contato Alberto (27) 3039-4693 / 9995-9752

OPTIMUS TEC – Assistência Técnica em Informática
Instalação e gerenciamento de redes, manutenção em computadores e notebooks, recuperação de dados. Ainda oferecemos: Serviço Express e Plantão Optimus.
Av. Paulino Muller, 161 – Ilha de Sta. Maria – Vitória-ES
3019-7208 / 3056-0086 - WWW.optimusonline.com.br

CERIMONIAL LE ROSÉ
“para quem exige um serviço perfeito”
Rua Constante Sodré, 676 Santa Lúcia
Vitória 3200-3309/3325-1287 - E-mail: cerimoniallerose@uol.com.br

SONORIZAÇÃO E EVENTOS IGOR GABRIELLI
“Garantindo a tranquilidade e o sucesso do seu evento”
(27) 9718-1340/ (27) 8183-5714

COQUETÉIS, JANTARES, CHÁS E BRUCHES
Consultoria em gastronomia. Sua festa melhor e mais fácil.
Contatos: 27 3227-0099/ 9955-5725 - Grijó

Praia das Gaivotas – VV- rua fechada e asfaltada - Casa Quitada, sobrado com jardim, 3Q sendo 1suite (opção mais dois Q) , 2 closets, 3 banh.. salão 3 amb. e jd.inverno, jantar, lavabo, copa/cozinha, despensa, a.serv.- dep.compl. churrasqueira, 2 depósitos, canil, garagem 2vgs. Automática, trifásica, portão eletr. Varandas.
Tratar com proprietário 27 9921 5002.

Vende-se Apartamento em Guarapari
Prédio alto padrão, sol da manhã, projeto de decoração interior incluso, totalmente escriturado e liberado para financiamento - Parque da Areia Preta
Tratar com Zuleide / Almir - 3227-2238 / 9982-4139